



**ROYAL NORWEGIAN MINISTRY OF  
CLIMATE AND ENVIRONMENT**



*Empowered lives.  
Resilient nations.*

**GCF Modelos e Guia: Janela A**

**Informação Geral**

Candidato: The Nature Conservancy

Jurisdição: Pará - Brasil

Título do Projeto: **Estruturando a Transição para uma Economia de Baixo Carbono no Pará**

Data de Início Proposta: 01 de julho de 2018

Duração Proposta (não deve exceder 12 meses): 31 de junho de 2019

Valor solicitado em Dólares Americanos (não deve exceder U\$400.000):

**Contatos do Candidato**

Nome do Contato: Francisco Carlos Guedes da Fonseca

Título: Gerente da Estratégia de Pecuária Sustentável

Organização: The Nature Conservancy

Endereço: Av. Nazaré, 280 – Belém, Pará (Brasil) – CEP:

Telefone: (+55 91 40086216 )

E-mail: [ffonseca@tnc.org](mailto:ffonseca@tnc.org)

**Contatos da Jurisdição**

Nome do Contato: Verônica Jussara Costa Bittencourt

Título: Secretária Adjunto de Gestão dos Recursos Hídricos

Departamento: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Secretária Adjunta de Gestão de Recurso Hídricos

Endereço: Tv. Lomas Valentinas, 2717 - Marco, Belém - PA, 66093-677 Telefone: (+55 91

E-mail: [veronica.sema@gmail.com](mailto:veronica.sema@gmail.com)

## 1. Justificativa e Abordagem

O estado do Pará é o segundo maior estado brasileiro em extensão territorial com 1.248.000 km<sup>2</sup>. Possui aproximadamente a mesma extensão territorial somados os territórios de Portugal, Espanha, Itália, Reino Unido, Bélgica, Holanda e Dinamarca. É também o segundo maior estado da Amazônia Legal na área florestal remanescente, com quase 900,000 km<sup>2</sup> de florestas. Possui quase 9% das demais florestas tropicais do mundo.

Em 2016, o Pará ocupou a primeira posição entre os estados brasileiros no ranking de emissões de gases de efeito estufa (GEE), sendo responsável por 12,3% das emissões nacionais, ou 280 Mt CO<sub>2</sub>e (SEEG1, 2016). Desse total, 95% foram provenientes do uso da terra e da agropecuária, uma contribuição muito superior àquela observada no Brasil como um todo, onde esses dois setores foram responsáveis por 73% das emissões.

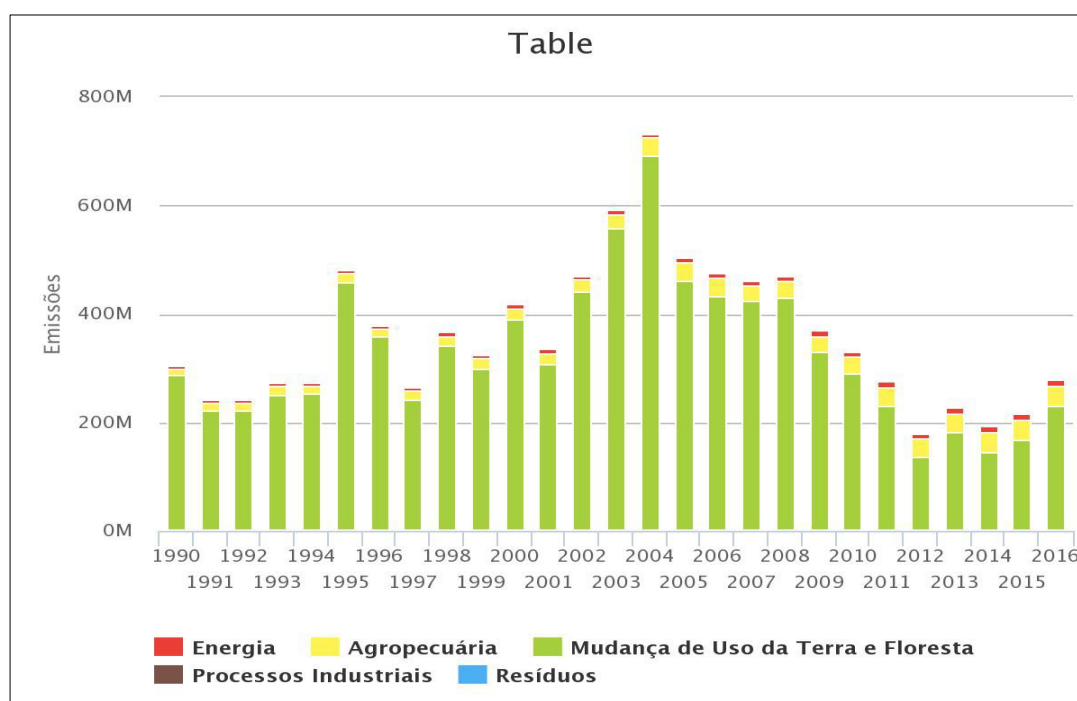


Figura 1: Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Estado do Pará por Setor em 2016 (Fonte: SEEG)

<sup>1</sup> O Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG) é uma iniciativa do [Observatório do Clima](http://observatorio.clima.gov.br) que compreende a produção de estimativas anuais das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil, documentos analíticos sobre a evolução das emissões e um portal na internet para disponibilização de forma simples e clara dos métodos e dados do sistema: <http://plataforma.seeg.eco.br/territories/para/card?year=2016>

O principal impulsionador do desmatamento no Estado é a pecuária extensiva, com menos de uma cabeça por hectare. Essa atividade apresenta 60% de todo o desmatamento ligado a grandes fazendas, sendo que o desmatamento em terras de pequenos agricultores representa cerca de 30%. Quatro por cento da área desmatada está associada à exploração madeireira e 3% apenas está diretamente associada à agricultura profissional e de alta produtividade. Com o segundo maior rebanho da Amazônia, somando aproximadamente 20 milhões de animais - o setor agropecuário representou 12,25% do PIB total do Estado (FAPESPA, 2017), com a maior parte vinda da Pecuária. Quanto à participação dos municípios no PIB estadual, São Félix do Xingu foi o segundo município com maior desempenho no setor agropecuário, com um rebanho de bovinos 2.222.949 cabeças, maior rebanho municipal do país. Por outro lado, o Pará tem a maior taxa de desmatamento da Amazônia brasileira, representando 34% do desmatamento do total.

Embora esforços venham sendo empenhados pelo setor público e privado e pelo terceiro setor na última década (como pode se observar pela sessão 1.2 – auto-avaliação) o estado do Pará ainda possui alguns desafios para lidar o enfrentamento deste cenário, com destaque para: A) Criar a sua Política Estadual de Mudanças Climáticas, B) Implementar uma Estrutura de Governança que seja mais abrangente e próxima dos territórios, C) Aumentar o acesso ao Crédito para baixo carbono sobretudo Linhas do Programa ABC<sup>2</sup>, D) Implementar um Plano Estratégico jurisdicional integrando os múltiplos Programas existentes e em conjunto com diferentes níveis de governo e da sociedade civil.

## 1.1. Resumo (1/2 página)

O Estado do Pará representa hoje uma das maiores oportunidades de contribuição na agenda de Redução de Gases de Efeito Estufa no Brasil e no Mundo, tendo sido responsável em 2016 por 12,3% das emissões do Brasil ou 280 Mt CO<sub>2</sub>e, além do 1º lugar no ranking de emissões entre os estados brasileiros. Parte significativa destas emissões estão relacionadas diretamente a mudanças de uso do solo associadas à expansão desordenada da pecuária, atividade econômica que responde por cerca de 60% das emissões (se contabilizadas apenas as mudanças de uso do solo) e 12,5% do PIB do Estado. Diversos estudos recentes apontam que uma intervenção direta na cadeia da pecuária pode trazer resultados significativos para a agenda climática e o desenvolvimento sustentável, contribuindo para o aumento da produção agrícola e pecuária (sem a abertura de novas áreas), além da viabilização da recuperação de áreas já degradadas, promovendo um efeito Poupa-Terra.

Embora não possua uma Política de Mudanças Climáticas e uma Estratégia de REDD+ definidas, existe no Pará um ambiente Político/Institucional favorável para este resultado, restando portanto, a promoção de um processo catalisador não só dos resultados já alcançados, mas também dos arranjos sociais promovidos por experiências significativas como a criação do Fórum Paraense de Mudanças Climáticas, Plano Estadual de Prevenção, Controle e Alternativas ao Destamento – PPCAD; o Programa ABC do Estado, o TAC<sup>3</sup> da Pecuária

---

<sup>2</sup> O Plano ABC é um Plano do Governo Federal Setorial de financiamento para Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura,

<sup>3</sup> TAC – Termo de Ajustamento de Conduta assinado pelos Frigoríficos e o Governo do Estado, em 2009, estabelecendo critérios para a compra de bovinos no Pará. Entre esses critérios estão a não comercialização de animais que tenham sido criados em áreas embargadas por desmatamentos,

com Ministério Público Federal, o Protocolo dos Grãos, o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável – Pará 2030 que dialogam diretamente com a interface entre desenvolvimento e REDD.

Este projeto tem por objetivo funcionar como um catalisador destas experiências, buscando a estruturação de uma Política de REDD+ para o Estado do Pará e montar um Plano Estratégico com foco setorial e jurisdicional, sobre a principal causa de emissões do Estado, visando contribuir para o estabelecimento das bases de uma experiência jurisdicional de REDD + possibilitando oportunidades efetivas de colaboração financeira (regional, estadual, nacional ou internacional), a partir de resultados efetivos e mensuráveis em médio e longo prazo conforme se detalha a seguir.

---

proprietários de fazendas que constem em lista “suja” do trabalho escravo do Ministério do Trabalho, gado originado em Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

### 1.2.1 - Estratégias Jurisdicionais Existentes

**Existe uma estratégia de REDD+ jurisdicional? Sim? Não  Em caso afirmativo, por favor, forneça nome, ano de aprovação e o link online da estratégia.**

*O Governo do Estado do Pará lançou, em 2017, o Programa Pará Sustentável com objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Redução da Pobreza e Desigualdade Social e Urbanização, estabelece uma agenda de ações focadas em 3 eixos: Desenvolvimento Social (Pará Social); Desenvolvimento Econômico (Pará 2030) e Desenvolvimento Ambiental (Pará Ambiental) proposta de Gestão Colaborativa para Resultados. O Pará Ambiental tem como objetivo principal proteger o meio ambiente (Ar, solo e recursos hídricos) além de combater o desmatamento assegurando simultaneamente o crescimento econômico e social por meio de diversas iniciativas como o Programa Municípios Verdes – PMV, Programa de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa – PREDDE, Programa de Desmatamento e Degradação Florestal – PREGED, Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará – PPCAD, Centro Integrado de Monitoramento e Avaliação – CIMA, Programa de Agricultura de Baixo Carbono do Estado do Pará – Programa ABC, Lista do Desmatamento Ilegal – LDI, Impostos Sobre Mercadorias e Serviços Verde – ICMS Verde, Portal da Transparência – Olho Na Floresta, entre outros (conforme descrito com maiores detalhes no Anexo I)*

**Qual a cobertura geográfica da estratégia?**

*A cobertura geográfica compreende o estado do Pará.*

**Quais os motores do desmatamento (diretos e subjacentes)? Quais agentes de desmatamento/mudança estão associados?**

*Os motores do desmatamento principais são: pecuária, a agricultura, a exploração florestal, a expansão da infraestrutura, e os assentamentos rurais.*

**Como a estratégia se encaixa no quadro político mais amplo, incluindo políticas setoriais? Há alguma inconsistência?**

*As ações elencadas abrangem várias atividades econômicas, desde agricultura até atividade industrial.*

**Existe uma ligação entre a estratégia jurisdicional e a estratégia ou processos nacionais de REDD +? Sim  Não X**

**E quanto aos processos globais? Sim  Não X Em caso afirmativo, por favor, descreva. Não há ligação direta com a estratégia nacional de REDD+, uma vez que a maioria das ações são locais. Poucas atividades visam aos incentivos financeiros por conservação ou pagamentos por resultados.**

**Existe um sistema para monitorar o progresso da estratégia jurisdicional existente (dados florestais e não florestais)? Sim X Não  Por favor, descreva e forneça os links quando relevante.**

Considerando como principal fonte de emissões do estado o desmatamento, o sistema de monitoramento oficial adotado pelo Pará e todos os entes da federação é o Programa de PRODES/INPE (<http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>)

**A estratégia vinculada aos sistemas nacionais de monitoramento florestal, protege os sistemas de informação ou outros processos de monitoramento nacionais/globais reafirmativo, por favor, descreva.**

O Pará utiliza dois Sistemas que se completam. O Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (**SEEG**) que compreende a produção de estimativas anuais de emissões e remoções de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil. Oferece documentos analíticos sobre a evolução das emissões e um portal na internet para disponibilização de forma simples e clara dos métodos e dados do inventário de emissões e remoções de gases de efeito estufa segundo as diretrizes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), com base nos dados dos Inventários Brasileiros de Emissões e Remoções Antrópicas de Gases de Efeito Estufa, desenvolvido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e em dados obtidos junto a relatórios governamentais, institutos, centros de pesquisa, entidades setoriais e organizações não governamentais dos cinco setores que são fontes de emissões – Agropecuária, Energia, Mudanças de Uso da Terra, Processos Industriais e Resíduos, com o mesmo grau de detalhamento contido no inventário. O sistema é o **Sistema de Registro Nacional de Emissões – SIRENE**. Esse é um sistema computacional desenvolvido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para disponibilizar os resultados do Inventário Nacional de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal. O SIRENE disponibiliza informações relacionadas a outras iniciativas de contabilização de emissões, tais como as Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa e o inventário do Relatório de Atividades. O SIRENE tem como missão ser suporte à tomada de decisão no âmbito de políticas públicas, planos, programas e projetos na área de mudanças climáticas, no que tange a geração de conhecimento para a mitigação. Atualmente, no SIRENE pode-se acessar a série temporal de emissões referente aos últimos resultados publicados no Inventário Nacional, como parte da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima.

**Outros processos relevantes de desenvolvimento de baixas emissões**

**Existe alguma cadeia de suprimentos - compromissos e / ou iniciativas atualmente ativas na jurisdição ? Sim X Não**

**Em caso afirmativo, como sua estratégia jurisdicional existente se relaciona com as iniciativas da cadeia de suprimentos sustentável existentes, caso seja o caso?**

O Pará elaborou em 2012 o seu Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que prevê dez objetivos específicos para reduzir as emissões associadas às atividades agropecuárias. O programa foi criado pelo Plano ABC Nacional, lançado em 2010. Entre os objetivos específicos do Plano estão: Recuperação de pastagens (ha), Sistema de integração lavoura-pecuária-floresta (SISLAV) em áreas antropizadas (ha), Sistemas agroflorestais (SAF) em áreas antropizadas (ha), Sistema de plantio direto (ha) e Área de florestas plantadas (ha), entre outras metas.

**Existem compromissos e / ou iniciativas com Povos Indígenas e / ou Comunidades Locais (IP/LC)? Sim X Não**

Atualmente a principal instância institucional com atuação direta com Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais é o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade responsável por coordenar, planejar e executar as estratégias, as políticas, os planos e os programas estaduais para a produção e o desenvolvimento da cadeia florestal, incluindo o Plano Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, por meio de parceria estratégica com a FUNAI e demais organismos e entidades competentes. Importante desenvolver cooperação técnica oficial com a FUNAI com o objetivo de fortalecimento e implementação de políticas públicas ambientais e de etno-desenvolvimento para as terras indígenas. **Programa: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, do Plano Plurianual PPA 2016-2019**, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao fortalecimento das políticas públicas ambientais, fiscalização e monitoramento e de etno-desenvolvimento para as terras indígenas.”

Além disso, a Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH, é a responsável no âmbito da estrutura da administração estadual pela defesa dos direitos de povos indígenas e comunidades locais.

**Em caso afirmativo, como sua estratégia jurisdicional existente se relaciona com as iniciativas existentes de IP / LC, caso seja o caso.**

Representantes de Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Locais possuem acento no Fórum Paraense de Mudanças Climáticas, único fórum relacionado às ações para a redução de emissões e degradação com previsão formal de participação destes grupos. Entretanto, a participação destes grupos foi marcada pela ausência da indicação ou participação de representantes indígenas e quilombolas de REDD para o Pará deverá considerar estas iniciativas buscando evitar externalidades negativas e potencializar as oportunidades geradas por externalidades positivas, como a demanda por restauração ou de outras oportunidades de desenvolvimento social na jurisdição. Com o apoio da SEJUDH e o contato direto com instituições representativas de Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e Comunidades locais, em especial a FEPIPA – Federação Estadual dos Povos Indígenas do Pará; da Coordenação das Associações das Comunidades Quilombolas do Pará – MALUNGU; e outras organizações representantes dos interesses de comunidades tradicionais como Grupo de Trabalho Amazônico – GTA e Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais – CNS, espera-se identificar e envolver lideranças dentro destes grupos para a participação no processo de implantação dos resultados do projeto, incluindo garantir a participação em fóruns de tomada de decisão envolvidos.

**Existem outros projetos importantes ou atividades relevantes para o REDD +/LED que ocorrem na jurisdição?** Sim  Não  Em caso afirmativo, por favor, liste os parceiros/organizações:

### **Financiamento e Investimento**

**A estratégia jurisdicional é apoiada por algum plano de investimento/implementação claro e detalhado?** Sim  Não

Em caso afirmativo, qual é o alcance do plano de investimento? (por exemplo, alcance geográfico, alcance setorial) Por favor, descreva.

*O Programa Municípios Verdes, por exemplo, alcança mais de 120 municípios do estado do Pará. Este programa e vários outros são financiados pelo Fundo Amazônia.*

**Você identificou os vários fluxos financeiros existentes que podem ser relevantes para a implementação da estratégia / plano REDD + e maneiras de envolvê-los (pelo menos, fluxos e internacionais e potencialmente privados)? Quanto do orçamento é financiado e por quem?**

*Como fonte de recursos para execução de projetos relacionados a REDD+, pode-se mencionar o Fundo Amazônia. Um possível parceiro financeiro internacional pode ser o Banco Early Movers (REM).*

**Existem oportunidades para alinhar o financiamento existente aos objetivos jurisdicionais de REDD +? Sim  Não  Em caso afirmativo, por favor, descreva.**

***Aprendizado de estratégias ou planos existentes (se aplicável)***

*O Programa Municípios Verdes conta com recursos para atuar nas causas dos desmatamentos apoiando o cumprimento do Código Florestal em municípios prioritários da jurisdição para incentivos financeiros como ICMS Ecológico. Municípios importantes para o controle do desmatamento tem aumentado em critérios e recebido maior cota de ICMS ecológicos para alinhar com novos recursos para mitigação e compensação*

***O que foi alcançado como resultado da(s) estratégia(s) jurisdicional(ais) ou plan(os) existente(s) e isso levou ao resultado esperado?***

*Legislação pertinente ao combate do desmatamento, como a criação do PPCAD, com metas estabelecidas;*

*Envolvimento de instituições dos governos municipal, estadual e federal existentes no estado, além do setor produtivo e de organizações debatendo compromissos novos e desmatamento;*

*Redução significativa das taxas de desmatamento na jurisdição conforme o gráfico abaixo, embora ainda não tenha atingido a meta de redução de 80% com relação à linha de base*

***O que é necessário para alcançar o impacto desejado?***

*Uma estrutura de governança mais abrangente em nível de Jurisdições no Estado. É necessário que seja estruturada uma instância de governança para planejamento e implantação diferenciada e mais inserida nos territórios do que as atuais secretarias de estado. Um modelo em construção, (que deverá ser alinhado a esta iniciativa do GCF) está sendo desenvolvido no âmbito do Programa Pará Sustentável fazendo parte da Agenda “Desenvolvimento de Governança Pública Compartilhada”, já prevista em lei. Essa agenda envolverá a criação de comitês de Desenvolvimento que estarão sob a liderança do governo do estado, de representantes dos municípios e majoritariamente da sociedade civil. Caberá ao Conselho de Desenvolvimento Territorial utilizando instrumentos como a Avaliação Territorial Estratégica (ATE) e o Plano Técnico Socioeconômico (PTS).*

**Algum resultado inesperado?**

Houve falta de continuidade de algumas ações ao longo das diferentes gestões de governos e possivelmente devido à mudança do quadro geral da administração do estado, publico

**Quais foram as lições aprendidas (boas ou más) mais importantes da implementação da (s) estratégia (s) existente (s) ou plano (s)?**

Muitas ações ficaram sob a responsabilidade de instituições com baixa estrutura para realizá-las. É preciso ter claro a capacidade efetiva de realização das ações por parte dos parceiros e responsabilidades ou capacitar os responsáveis sob pena de interferir negativamente na implantação do plano estratégico. O não envolvimento direto dos Municípios atrasou resultados. Os planos estratégicos devem ser envolvidos desde o momento do planejamento das ações.

**Detalhe o desafio mais importante no desenvolvimento ou implementação da(s) estratégia(s) ou plano(s). Considere o seguinte:**

**Quais aspectos da estratégia não foram implementados e por quê?**

O não engajamento das várias instituições chaves para ações no âmbito do PPCAD ainda é um desafio a ser superado para que ações importantes sejam concluídas.

**Quais são as barreiras em curso?**

Melhorar o fluxo de informações e a integração das instituições que apresentam competências operacionais afins com o tema.

Capacidade do Parceiro

**A organização parceira possui uma forte presença na jurisdição? Sim  Não  Descreva brevemente quaisquer iniciativas anteriores relacionadas com REDD + / LED lideradas por ela.**

A TNC atua na jurisdição desde 2006. É um parceiro forte na aplicação de uma sólida ciência florestal de carbono, apoiando parceiros governamentais em nível estadual, municipal e comunitário, pequenos, médios e grandes produtores e grupos indígenas para apoiar a sustentabilidade e soluções de baixo carbono. Com o apoio do Fundo da Amazônia entre 2010 e 2015, a TNC desenvolveu o Projeto de Proteção Ambiental Rural em cinco municípios com mais altas taxas de desmatamento no sudeste do Pará, resultando em 4.928 imóveis no CAR em 4 milhões de hectares mapeados. Ainda atualmente o Projeto de Proteção à Terras Indígenas as quais vem sofrendo pressão da ocupação desordenada de seus entornos. Com apoio do Norad desenvolveu o Projeto de Restauração de Félix do Xingu entre 2012 e 2015. Também desenvolve o Projeto de Pecuária Sustentável “do Campo à Mesa” com parcerias do Estado, da União, do setor Privado e da Fundação Moema Botelho como indutor de restauração florestal e alternativas econômicas de baixo carbono através de Sistemas Agroflorestais com parceria do Estado, União e setor privado. Também participou do Controle ao uso dos recursos naturais - Paragominas Municípios Verdes como parceiro da Prefeitura, de Produtores ligados a Floresta, Pecuária e grãos da sociedade civil (Imazon). Também participou do Programa Municípios Verdes, do qual a TNC faz parte do Comitê Executivo e no Conselho Gestor desde a sua criação.

**Existe alguma proposta regional? Sim  Não  Em caso afirmativo, por favor, descreva o motivo pelo qual uma abordagem regional é necessária.**

*Porque problemas principais não estão sendo controlados em definitivo e tem dado repiques nas taxas. Os problemas centrais não serão resolvidos somente por um órgão ou por governo, setor privado e sociedade civil terá mais chance e velocidade sobretudo se não dispersar ações e sim potencializar em um cluster de instrumentos em dado território.*

**O parceiro tem a capacidade de gerenciar efetivamente um projeto desta escala? Sim X Não  Por favor, descreva.**

*O parceiro já desenvolveu em parceria com Estado e setor privado em projeto robusto (R\$ 19 milhões) na região com recursos públicos administrados pelo BNDES – Fundo Amazônia pleno êxito. Além disso, o Parceiro tem sido membro formal e efetivo do Programa de Governo Municípios Verdes e vem colaborando em várias frentes em articulação e parceria com*

**O parceiro está trabalhando com outras jurisdições em propostas separadas? Sim X Não**

*TNC está apoiando 5 estados no México (Yucatan, Campeche, Q Roo, Jalisco, Chiapas) e East Kalimantan Indonesia*

**Em caso afirmativo, o parceiro teria capacidade de trabalhar com múltiplas jurisdições? Sim X Não  Por favor, descreva.**

*A TNC é uma organização de conservação global com mais de 60 anos de experiência (há mais de 25 anos no Brasil e há 18 anos na Amazônia). Atua em 72 países, e conta com um time dedicado aos seus programas de conservação. Além disso, acumulou grande experiência nesse tema em seus projetos jurisdicionais na Indonésia e México. Tem um time com inserção em vários territórios e vem desenvolvendo projetos de primam pela coalisão com setores públicos e privados, sociedade civil e pequenos produtores, Terras Indígenas e populações tradicionais*

**O parceiro tem capacidade para aplicar os Padrões Sociais e Ambientais (SES) do PNUD? Sim X Não  Se sim, desenvolva-se:**

*Ao longo dos 30 anos de trabalho no Brasil, a TNC tem implementado com sucesso vários projetos financiados por doadores internacionais, tanto públicas (bilaterais e multilaterais) e privadas de salvaguardas sociais e ambientais. Em particular, no caso de REDD +, a TNC desenvolveu entre os anos 2013 e 2015 o Projeto “ Construindo uma Estratégia Financeira e de Políticas para o REDD+” na região de São Félix do Xingu, com o apoio do NORAD, e mais recentemente vem trabalhando no Pará para a promoção da equidade de gênero no campo por meio do empoderamento da mulher nos processos de gestão administrativa de imóveis rurais, em parceria com IUCN, e outros doadores privados ; engajamento dos jovens no campo na capacitação técnica em conservação e produção sustentável em parceria com as Casas Familiares Rurais; apoiando pequenos produtores no avanço da proteção de seus direitos territoriais em ações artísticas estadual (ITERPA) e federal (Terra Legal) para regularização fundiária de seus territórios; também tem apoiado diferentes grupos de produtores rurais no melhor manejo produtivo de recursos naturais. O Programa Brasil por meio da estratégia em Terras Indígenas (TI) busca incentivar a gestão territorial em bases ambientalmente responsáveis, como ferramenta de planejamento e promoção de conservação efetiva da biodiversidade. Em 2007, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a TNC firmaram termo de cooperação técnica com o objetivo de fortalecer a gestão ambiental e de etnodesenvolvimento de Terras Indígenas. Desse compromisso institucional mútuo, seguiu-se a formulação e implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (GATI) - anteriormente conhecido como GEF Indígena, apoiado pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial - Global Environment Facility (GEF). A TNC apoia a implementação do PNGATI em seis terras indígenas: quatro localizadas no Amapá (Galibi, Jumina, Uaçá e Waiãpi) e duas no Pará (Trincheira Bacajá e Apyterewa). Atua na Amazônia (principal fundo brasileiro de remuneração por desempenho da agenda de RED dentro da agenda de compromissos do Govnero Brasileiro), busca promover a gestão territorial*

terras indígenas, contribuindo para a redução do desmatamento e visando gerar lições replicáveis para a PNGATI. O programa de gestão ambiental e territorial de terras indígenas visa a consolidação dessas terras por meio da formação indígena em áreas estratégicas e necessárias ao enfrentamento dos desafios atuais da gestão territorial. Neste contexto, o Plano de Gestão Ambiental (PGA), ferramenta formalizada a partir da criação do PNGATI, têm como objetivo principal o reconhecimento, a valorização e o desenvolvimento da gestão ambiental como instrumento das condições ambientais necessárias à produção física e cultural e ao bem-estar dos povos e comunidades indígenas. Além disso, TNC tem acumulado desde 2009 experiência em instrumentos como o Plano de Vida, capaz de delinear claramente as mudanças necessárias para a melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas. Por fim, a TNC é membro do Fórum de Empresas e Povos Indígenas e do Núcleo de Articulação Intersetorial (NAI)<sup>4</sup> por meio do qual desde 2012 vem promovendo o diálogo intersetorial entre empresas, ongs, governos e povos indígenas no âmbito desta iniciativa para a formulação da “Proposta de Diretrizes Brasileiras de Boas Práticas Corporativas com Povos Indígenas” quem tem entre seus objetivos contribuir para o fortalecimento do relacionamento entre empresas e povos indígenas (<https://www.tnc.org.br/quem-somos/publicacoes/boas-praticas-empresas-e-povos-indigenas.pdf>) cujas diretrizes também visam contribuir para as interações entre empresas e outras comunidades tradicionais. Adicionalmente é importante informar que representantes da FEPIPA também fazem parte do NAI e encontram-se em reunião com a TNC Brasil, favorecendo essa interlocução com os representantes locais/regionais a serem envolvidos pelo projeto.

Neste projeto, os padrões sociais e ambientais (SES) do PNUD serão considerados como um eixo orientador para a implementação e monitoramento das atividades propostas. Recentemente, no Estado do Pará, notadamente equipes da SEMAS e IDEFLORBio também participaram de uma oficina de capacitação, liderada pelo Ministério de Meio Ambiente, visando apoiar a construção da Política Nacional de REDD+, a construção de indicadores para o o SISREDD+ (Sistema de Informação sobre as Salvaguardas de REDD+), entendemos que este projeto apoiará diretamente o fortalecimento do projeto no âmbito estadual como em sua integração com de forma convergente com o SISREDD+.

---

<sup>4</sup> O NAI é formado por representantes da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne, - ABIEC, BOSEV, Brookfield, Cordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico (FMSE), Fundação Nacional do Índio – FUNAI); Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS); IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores – observadora); Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Instituto Sócio Ambiental (ISA), The Nature Conservancy e ITAIPU Binacional.

### 1.3 Oportunidades Estratégicas

Em 1995, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE, a área de 'lavouras + pastagens' foi de 219,49 milhões de ha. Em 2006, 'lavouras + pastagens' ocuparam 218,60 milhões de ha. Essa expressiva mudança na estrutura produtiva da pecuária nacional, pautada em ganhos de produtividade, gerou notável 'efeito poupa-terra'<sup>5</sup>. Tais efeitos podem ser notados no Pará, onde a pecuária ainda é a principal força de mudança no uso da terra:

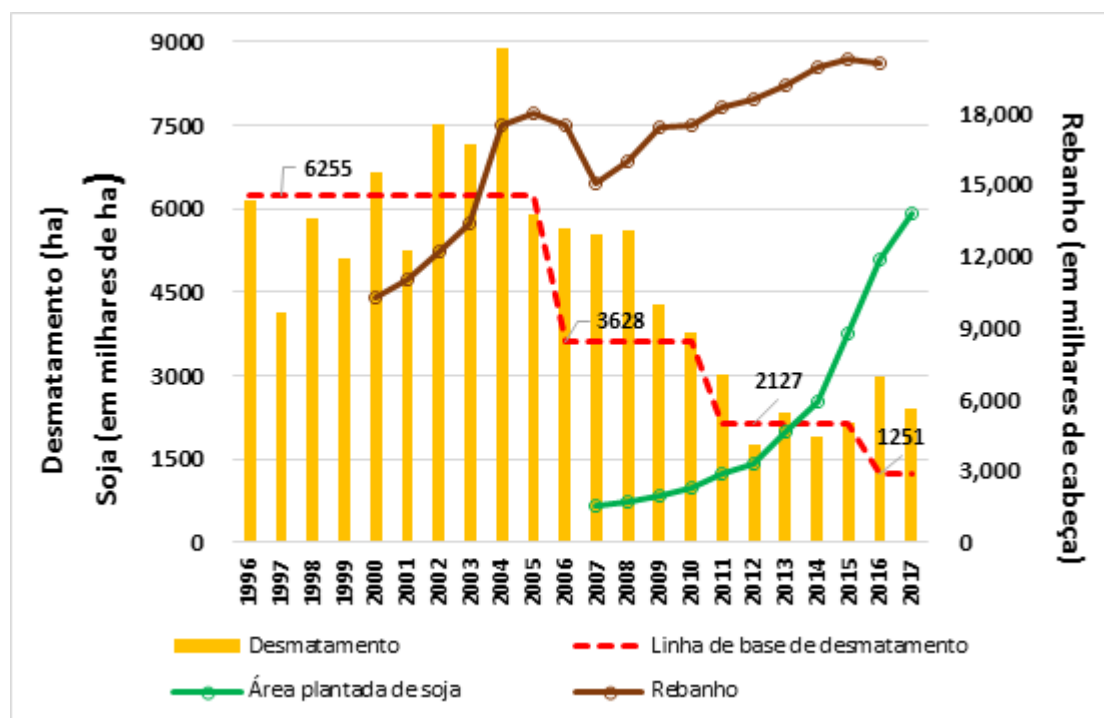


Figura 3: Evolução do Rebanho Bovido (em milhares de cabeças) e da área de soja plantada (milhares de hectares plantados) entre 1996 e 2017 no Estado do Pará verus o Desmatamento registrado pelo PRODES, frente as metas do PPCAD (Fonte: IBGE; PRODES:2017; PPCAD).

No Pará, existem cerca de 2,6 milhões de hectares de pastagens degradadas (TerraClass/INPE, 2014) e cerca 2 milhões de hectares de déficit de reserva legal e APP a serem restaurados por obrigação legal (Pará 2030). Ações efetivas para aumento da eficiência e produtividade da pecuária, associadas a avanços na cobrança efetiva pela regularização das obrigações legais de restauração florestal, trarão impactos na redução de emissão GEE em curto prazo.

<sup>5</sup> Geraldo Martha, da Embrapa, em seu artigo sobre Pecuária e o Efeito Poupa Terra de 2011 diz : "... nas últimas décadas, o modelo de produção da pecuária mudou sensivelmente e passou a priorizar tecnologias mais intensivas em capital, as quais vêm gerando significativos ganhos na produtividade e, conseqüentemente, um **expressivo efeito poupa-terra**, permitindo à pecuária ceder áreas já desmatadas para agricultura e silvicultura, diminuindo a pressão sobre novas áreas e promovendo recuperação de áreas.

Com cerca de 53% da vegetação nativa em propriedades privadas (Soares-Filho et al. 2014) o Brasil tem na Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei 12.651/2012) seu principal instrumento de proteção destes remanescentes e de recomposição dos passivos ambientais acumulados antes e depois de 22 de julho de 2008. Uma estratégia crucial para restaurar as áreas de desmatamento ilegal, é o aumento da produtividade da Pecuária - prevista em 2% ao ano para a próxima década (IMEA 2015).

#### **1.4 Teoria de Mudança**

Considerando todos estes fatores, os antecedentes e experiências já experimentados até o momento pela jurisdição, suas conquistas e desafios pendentes, a presente proposta parte dos pressupostos de que uma redução significativa do desmatamento no Estado do Pará e por consequência das emissões de gases de efeito estufa, deve passar por um novo modelo produtivo que permita a liberação de áreas para outras atividades produtivas como a agricultura e a restauração de áreas degradadas (Efeito Poupa-Terra), com ganhos econômicos para todos os setores envolvidos e baseado em uma robusta Governança efetiva do Uso de Terras, com marcos regulatórios para mudanças climáticas, mecanismos financeiros e colaboração multisetorial efetiva. Esses Pressupostos devem conter 3 pilares:

##### **I -Atuar na Cadeia de Suprimentos:**

- Considerando e aperfeiçoando experiências jurisdicionais exitosas como as de Paragominas e São Félix do Xingu, buscar fortalecer a abordagem **Multi setorial** da cadeia de suprimentos de maior dinâmica do uso extensivo dos recursos naturais, delimitando seus respectivos **Raios Econômicos**. A partir daí, delimitar a jurisdição prioritária, envolvendo seus contextos agrícolas, fundiários, socioeconômicos e de infraestrutura e logística. A Gestão de Risco (sanitário, regulatório, de mercado, ambiental, etc) deve fazer parte dessa abordagem setorial. Em paralelo deve-se mapear as cadeias subjacentes, avaliando como promove-las a alternativas de baixo carbono como Biodiesel, Silviculturas, Manejo Florestal, Mineração, além de outras que devam compor os cenários de médio e longo prazo nos Planos de Investimentos.

##### **II- Atuar nas Políticas Públicas, Protocolos na Cadeia de Suprimentos e Regras claras:**

- Criar um ambiente propício com a Governança de Terras, envolver Programas adequados de Crédito Rural com operações mais eficientes e desburocratizadas, estabelecer marcos regulatórios e uma Política de Clima, incentivos econômicos, mecanismo financeiro ligado a um Plano de Investimentos, compromissos voluntários, ação coletiva e diferentes formas de colaboração entre setores.

##### **III- Atuar nos elementos de demanda nos sistemas para mobilizar a atração do mercado:**

- Enfoque de Inteligência territorial no combate à mudança do clima pode se tornar o caminho para atrair novos atores na medida em que os benefícios econômicos se mostrem atrativos.

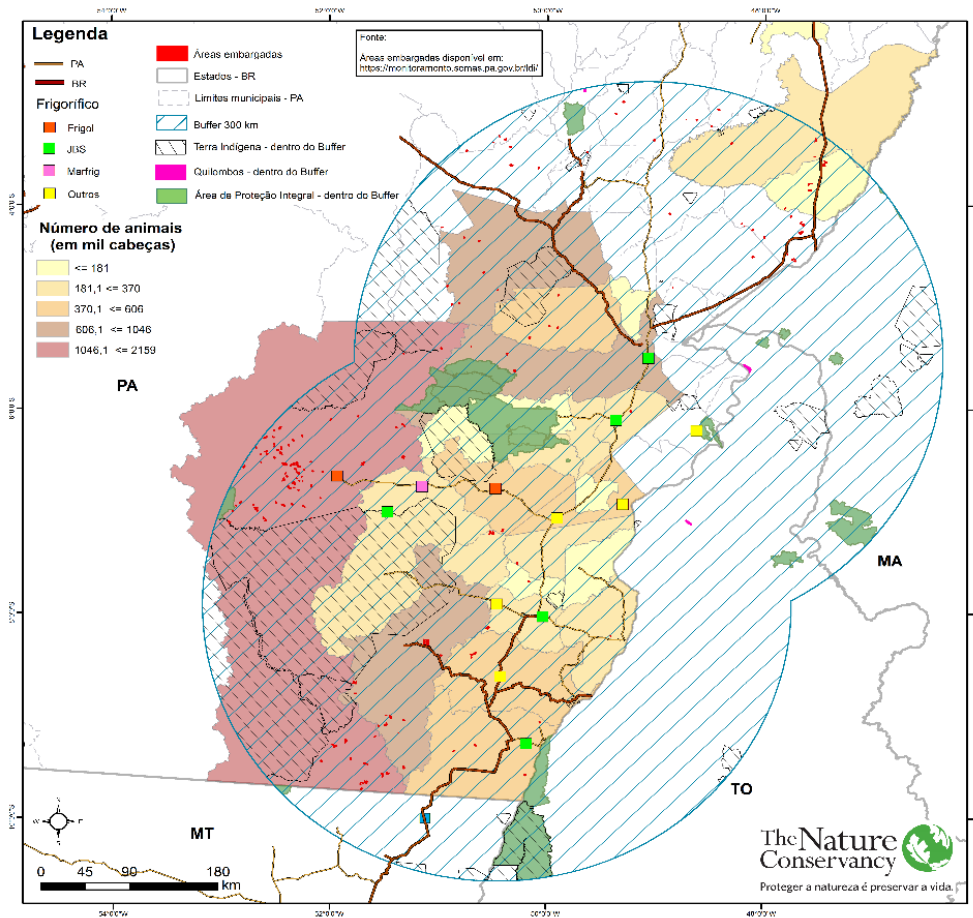
- Catalisar a demanda por matérias-primas e produtos sustentáveis produzidos com baixa emissão de gases de efeito estufa.

- Preparar/capacitar produtores e comunidades locais para a transição de todos os tipos os de produção agrícola sustentável.

- Estruturar um Plano de Negócios e Investimentos, orientado por metas holísticas de desenvolvimento e que apoiem a sustentabilidade da produção de commodities, melhorem o bem-estar das comunidades locais e indígenas, e a gestão dos ecossistemas naturais.

### Teste do Modelo de Inteligência Territorial

#### Território Sudeste do Pará delimitado pelo Raio Econômico da Cadeia da Pecuária, infraestrutura de Transporte instalada e prevista, TI, UCs e áreas embargadas



#### 1.4.1 – Diagrama da Teoria de Mudanças:

Conforme apresentado na próxima página.

# TEORIA DE MUDANÇA

## PROBLEMA CENTRAL

Ocupação Desordenada de Terras Públicas não destinadas, para uso de Modelo Produtivo Extensivo de Pecuária, com baixa tecnologia e baixa produtividade, ocasionando a maior Taxa de Desmatamento da Amazônia (33%), com aproximadamente 80% para uso de Pecuária extensiva e promovendo o Estado com o maior emissor de GEE do Brasil em 2016, responsável por 12,3% das emissões nacionais (SEEG, 2016). Alterações do uso da terra no Pará emitiram 178 Mt CO<sub>2</sub>e, sobretudo por conversão de florestas associada à criação de pastagem que se tornam degradadas

## PRESSUPOSTOS

Marco Regulatório de Política de Clima

Mecanismo Financeiro e Plano de Investimento

Colaboração Multi Setorial Efetiva

Aplicação dos modelos de Intensificação da Pecuária

## ATIVIDADES CENTRAIS

Revisão da PEMC

Mapear todas as ações de REDD+ no PA, identificar os custos, as fontes, modo de gestão e monitoramento

**Agenda mínima formalizada** com os principais atores interessados com ações e responsabilidades, Estratégias, Indicadores e Metas, refletidas em um Protocolo assinado, multisetorial para as ações de curto e médio prazos

Analisar modelo de Inteligência Territorial e adequá-lo ao restante do estado

## PRODUTO COMPLEMENTAR

Modelo de Inteligência Territorial

Níveis

**Tático**

Plano Estratégico no Sudeste do Pará.

**Sub-Território para calibragem do modelo**

Atuar na região com maior emissão de GEE, com maior concentração de frigoríficos exportadores; os maiores rebanhos do Estado; a maior concentração de áreas com pastos sujos; os municípios com mais de 80% de CAR e taxas elevadas de desmatamento; e, empresas e produtores com compromissos de desmatamento zero.

**Operacional**

Testar um modelo de Inteligência Territorial nas principais cadeias produtivas no sudeste do Pará com as salvaguardas para TI e populações tradicionais. Estabelecer Cenários para fase de transição, para economia de baixo carbono, para cadeias de Agricultura mecanizada, pequena agricultura, Pecuária, Silvicultura, Biocombustíveis, Manejo Florestal, Mineração e outros. Definir métodos /escala que permitam monitorar e influenciar na dinâmica desse território ou paisagem.

## RESULTADOS

Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC estabelecida com engajamento dos setores chave

Plano de Investimentos para Ações Prioritárias de REDD+ do Pará elaborado

Modelo de Inteligência Territorial de Baixo Carbono para as cadeias produtivas no Estado do Pará validado pelo FPMC

## OBJETIVOS

Agregar contribuições e melhorias técnicas ao Documento base da PEMC elaborado pela SEMAS

Identificar todos os Custos de Transação para implantação das Ações Prioritárias do REDD+ do Pará

Estabelecer um Acordo de Parcerias assinado por atores relevantes para um Modelo de Território Produtivo Sustentável

Estabelecer um Plano de Negócios para Intensificação Pecuária Sustentável para o Pará

Implementar dois Pilotos para o Sistema Integrado de Rastreabilidade animal e Cadastro Ambiental Rural para efetivar Decreto Estadual 1052/14

### 1.5 Objetivos e Resultados Esperados:

Resultados Esperados	Indicadores de Resultado	Fonte de Dados	Linha de Base		Objetivos	Conjunto de Dados	Principais Pressupostos
			Valor	Ano		Métodos e Riscos	
1. Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC estabelecida com forte engajamento dos setores chave	1.1 – Um documento base da PEMC revisado e disponível para apresentação ao FPMC	Relatório consolidado de sugestões de melhoria ao documento base da PEMC	1	2018	1.1 Agregar contribuições e melhorias técnicas ao Documento base da PEMC elaborado pela SEMAS	Minuta para a Política elaborado pela equipe da SEMAS; Estudos já elaborados sobre outras experiências; pareceres de especialistas;	Forte comprometimento do Governo atual e forte engajamento dos demais setores envolvidos
	1.2 – número de Workshops realizados; número de participantes e setores envolvidos e número de mulheres participantes	Relatório de Workshops e listas de presença com dados desagregados quanto ao sexo	0	2018	1.2 Realizar 2 Workshops de capacitação e nivelamento para membros do FPMC	Encontros de capacitação e aplicação de análise SWOT das ações de REDD em execução no Estado	Disponibilidade de dados; Comprometimento dos gestores; engajamento dos atores
	1.3 Uma minuta da PEMC pactuada com FPMC e atores relevantes	Relatório das reuniões realizadas e com Minuta de projeto de lei com contribuições sistematizadas	0	2018	1.3 - Realizar 2 reuniões do FPMC para apresentação e debate da proposta de PEMC	Reuniões do FPMC Resultados das ações 1.1 e 1.2  Reuniões com atores chave para consolidação calibração final das informações.	Engajamento dos setores e atores relevantes envolvidos

Resultados Esperados	Indicadores de Resultado	Fonte de Dados	Linha de Base		Objetivos	Conjunto de Dados		Principais Pressupostos
			Valor	Ano		Métodos e Riscos		
2. Plano de Investimentos para ações Prioritárias de REDD+ do Pará elaborado.	2.1 Um Plano Operacional de Investimentos para Ações Estratégicas de Redd + do Estado do Pará, pactuado no âmbito do Governo e no Fórum de Mudanças Climáticas.	Estudos realizados por IDESAN, CIFOR, IPAM, AMAZON e TNC (e outros) sobre experiências em REDD e custos para o alcance de compromissos de Desmatamento Líquido Zero divulgados pelo Estado. Banco de Dados do GCF, dados de sistemas públicos disponíveis (SEEG, PRODES, De Olho na Floresta, TRASE)	0	2018	2.1 Identificar e analisar os Custos de Transação e os fundos disponíveis para implantação das ações prioritárias de REDD + do Pará	Planos, Projetos, Estudos e Cenários já existentes Públicos e Privados, nacionais e internacionais, .Estudos de custos para implantação de compromissos públicos para Desmatamento Líquido Zero no Pará (TNC e AMAZON).  Contratação de consultorias para mapeamento e identificação de custos e oportunidades efetivas para as ações.  Maior risco é a sinalização incerta sobre disponibilidade de recursos na fase de investimento.	Presenças de iniciativas, projetos, informações e experiências de Redd+ suficientes para orientar um Plano de Investimentos de RED+ complementar a estratégia jurisdicional	
Resultados Esperados	Indicadores de Resultado	Fonte de Dados	Linha de Base		Objetivos	Conjunto de Dados		Principais Pressupostos
			Valor	Ano		Métodos e Riscos		
3. Modelo de Inteligência Territorial de Baixo Carbono para as cadeias produtivas no Estado do Pará	3.1 Cenários estratégicos para as cadeias agropecuárias e de Restauração Florestal ,com redução da pobreza e salvaguardas para Terras Indígenas- TI e Populações tradicionais PT, construídos.	Programa Terra Class ,Zoneamento Ecológico Econômico do Estado, Laboratório de Geoprocessamento da Universidade de Goiás – LAPIG, Ferramentas de Inteligência Territorial, AGROIDEAL – TNC,	0	2018	3..1 Criar Cenários Estratégicos com aplicação de ferramentas de Inteligência Territorial para o desenvolvimento Produtivo Sustentável do Sudeste do Pará	Articular dados e informações do Grupo de <i>Inteligência Territorial</i> Estratégica (GITE) da <i>Embrapa</i> , Verticalização dos Estudos de cenários do Programa Pará 2030, Utilização da Ferramenta Agroideal da TNC para priorização de áreas fomentar modelos adequados de crédito Rural associado ao Programa	Disponibilidade de Ferramentas de Inteligência Territorial eficientes, dados disponíveis para a construção dos cenários; envolvimento e engajamento dos	

		Mapbiomas Estudos financeiros da Pecuária na região (TNC e AMAZON) IPEA, Universidade de Wisconsin – EUA, SEMAS – PA PRODES – INPE, IBAMA, Pará 2030, Pará Sustentável, PMV e outros				Terra Class da Embrapa, Sistematizar dados Monitoramento dos Acordos na Cadeia de grãos e TAC da Pecuária, PMV e outros.	múltiplos atores envolvidos, e representatividade dos órgãos públicos envolvidos (governo federal e governo estadual).
3.2 - Acordo de Parcerias assinados por atores relevantes para ações de implantação do Território Produtivo Sustentável (sudeste do Pará) para as Cadeias Agropecuárias e de Restauração Florestal, com salvaguardas para TI e PT assinado. (a ser integrado ao Resultado 2)		Resultado das análises de cenários e seus respectivos diagnósticos finais.  Resultados das entrevistas e seminários e resultados dos Workshops com os atores relevantes		2018	3.2 Estabelecer um Acordo de Parcerias assinando entre partes relevantes (governo, empresas, ONGs e comunidade) para ações voltadas a um Território Produtivo Sustentável no Sudeste do Pará .	Entrevistas com atores chaves e pequenos seminários com grupos chave para conhecimento de seus planos de investimentos para região.  O maior risco é não termos acordos com elos importantes da Cadeias Produtivas.  Realizar Parceria com Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carne- ABIEC e com a UNIEC	Todos os mais relevantes atores tem interesse e concordam em compartilhar informações para os Cenários e Diagnósticos e posteriormente, serem monitorados em compromissos assumidos
3.3 Um Plano de Negócios para Intensificação Sustentável da Cadeia da Pecuária do Pará, elaborado (a ser integrado ao Resultado 2).		Plano Nacional de Agricultura de Baixo Carbono, Plano Safra, Fundo Nacional do Norte – FNO, Estudos realizados pela TNC – Projeto do Campo à mesa e Projeto Municípios Verdes do AMAZON.		2018	3.3 Estruturar um Plano de Negócios para Intensificação Sustentável da Pecuária no Pará	Verticalização dos Estudos de cenários do Programa Pará 2030, e dos Estudos de “Custos de Implantação dos Cenários de Uso da Terra com Desmatamento Líquido Zero até 2030” do Governo do Estado – Pará 2030 . Consultoria para avaliação dos Custos de Transação para implantação, Gestão,	Dados, informações, estudos publicados, operações financeiras existentes, fontes e estudos de viabilidades disponíveis

						Monitoramento e Marco Normativo Plano ABC .	
	3.4 Números de CAR e GTAs emitidas de forma integrada	Dados via SIAPEC (Sistema de Vigilância Sanitária do Estado ) e SICAR (Sistema de Cadastro Ambiental) Dados e informações da Universidade de Wisconsin – EUA/ Imazon, Resultados das Auditorias do Ministério Público Federal e Relatórios SEMAS		2018	3.4 Testar dois Pilotos de implementação do Decreto Estadual nº 1.052 /14 para integrar Rastreabilidade Sanitária e Cadastro Ambiental Rural na Cadeia Produtiva de Carne de Bovinos	Sistematizar dados zootécnicos das Guias de Transporte Animal – GTA, Adepará com os Cadastros Ambientais –Rurais CAR – SEMAS. O maior risco é não ter o compromisso do setor Privado e o Estado não se preparar para a demanda da integração GTA e CAR	Integração de ações entre SEMAS e ADEPARÁ para os trâmites e fluxos de dados do CAR (SEMAS) e GTA (ADEPARÁ); e o engajamento do setor privado



## 1.6 Descrição das Atividades

### **Resultado 1. – Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC estabelecida com forte engajamento dos setores chave.**

O Estado do Pará já assumiu metas formais de redução em 80% das emissões dos gases e efeito estufa decorrentes do desmatamento e degradação, tanto no âmbito do Plano de Prevenção Combate e Alternativas ao Desmatamento – PPCAD com no âmbito dos compromissos da Declaração de Rio Branco. Além disso, 2012 o Governo do Estado do Pará anunciou o compromisso de alcançar o Desmatamento Líquido Zero até 2020, tendo reafirmado este compromisso durante a 21ª Conferência das Partes (COP21) da UNFCCC, em Paris. Por fim, em 2017 Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará (Pará 2030) que tem entre os resultados esperados a redução de até 80% das emissões de gases de efeito estufa por unidade de PIB<sup>6</sup>. Neste período, algumas estratégias para o alcance destes compromissos vem sendo desenvolvidos no âmbito do Estado (conforme Anexo I). Embora importantes resultados tenham sido alcançados pela Jurisdição, ainda não há no Pará marco regulatório que alinhe estes compromisso com as principais políticas de desenvolvimento em andamento, em especial quanto aos conceitos, metas, estratégias e métodos norteadores destas iniciativas. Este resultado objetiva apoiar superação desta lacuna, subsidiando o estabelecimento da Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC por meio das seguintes atividades: 1) revisão do documento base da PEMC elaborado pela SEMAS, considerando estudos já realizados sobre a experiência de outras jurisdições na regulamentação do tema e pareceres de especialistas no tema, 2) a realização 2 workshops de capacitação e nivelamento dos membros do FPMC sobre os temas associados à agenda climática do Pará e ações de REDD em andamento (sendo 1 deles dedicado a representantes de povos indígenas, quilombolas, comunidades locais e pequenos agricultores), com aplicação de metodologia SWOT visando a identificação forças, fraquezas, oportunidade e ameaças para os diferentes setores envolvidos, apoiando desta forma a construção de salvaguardas no âmbito da PEMC e do Plano de Investimentos; 3) realização de duas reuniões do FPMC, visando a apresentação, debate e pactuação da proposta de PEMC; 4) consolidação da versão final da minuta de PEMC e encaminhamento para a SEMAS, que dará continuidade das ações no âmbito do poder executivo para o envio do Projeto de Lei à Assembléia Legislativa. A participação de representantes de povos indígenas, quilombolas, comunidades locais e agricultores familiares será apoiada pelo projeto nesta fase (como nos resultados 2 e 3), visando garantir a efetiva participação destes grupos sensíveis no processo, até que outras fontes sejam identificadas visando ações com esta finalidade para a fase de investimentos.

### **Resultado 2. Plano de Investimentos para ações Prioritárias de REDD+ do Pará elaborado.**

Nas seções anteriores indicamos que há diferentes iniciativas em curso para reduzir desmatamento no Estado. Por outro lado, alguns estudos para uma estratégia de Desmatamento Líquido Zero para o Estado do Pará já foram realizados a exemplo do estudo de Cenários e Custos de Investimento para o Programa Pará 2030, apoiado pela TNC, considerando cenários de uso e

<sup>6</sup> <http://para2030.com.br/conheca-o-potencial-paraense/>

cobertura do solo e estimativas de custo para a implantação da agenda de desenvolvimento verde no estado do Pará com prioridade para as cadeias produtivas da pecuária, grãos, cacau, agricultura familiar, palma, floresta plantada, e açaí. No entanto, ainda não se consolidou um Plano de Ação e de Investimentos para o REDD+ do Estado. É imprescindível que o Estado organize suas ações prioritárias de REDD+ e tenha uma Plano de Investimento para estas. Nesse sentido, esta iniciativa se propõe a contribuir para a identificação das ações prioritárias de REDD + no Estado e construir um Plano de Investimento para complementar a estratégia jurisdicional e, fortalecer os processos existentes. Este Plano terá entregas claras incluindo suas estimativas de custos. Será realizada uma avaliação minuciosa que viabilize o entendimento dos fluxos de financiamento existentes e potenciais que possam ser aplicados para às necessidades da jurisdição em suas ações estratégicas e para tanto, deverão ser realizadas as seguintes atividades: Mapear todas as ações de REDD + entre as estratégias e iniciativas já existentes no Estado do Pará, analisá-las, priorizá-las e hierarquiza-las, Identificar os custos e as fontes de recursos, modo de gestão e monitoramento em curto, médio e longo prazos (fontes públicas e privadas ).

### **Resultado 3. Modelo de Inteligência Territorial de Baixo Carbono para as Cadeias Produtivas no Estado do Pará**

Em 2016, o Pará ocupou a primeira posição entre os estados brasileiros no ranking de emissões de gases de efeito estufa (GEE), sendo responsável por 12,3% das emissões nacionais, ou 280 Mt CO<sub>2</sub>e (SEEG, 2016). Desse total, 95% foram provenientes do uso da terra e da agropecuária. O principal impulsionador do desmatamento no Estado é a pecuária extensiva com um rebanho de 20 milhões de cabeças (quinto do Brasil), mas com uma baixa tecnologia e produtividade com menos de uma cabeça por hectare muito abaixo do potencial de eficiência com o uso de tecnologias. Em função da grande dimensão e complexidade do Estado do Pará, torna-se muito difícil e demorado implantar ações que impactem rapidamente as taxas de desmatamento. Portanto, como “Ação Complementar” deste projeto, propomos o teste do Modelo de Inteligência Territorial no Sudeste do Pará. Por que testar nessa sub-região? Essa sub-jurisdição possuiu 27 Municípios, cerca de 25,6 milhões de ha totais (maior que Portugal, Islândia e Suíça juntos) correspondendo a **20,5 % do Estado**; Oito milhões e duzentos mil hectares de Terras Indígenas, cerca de 500 mil ha de Unidades de Conservação, quatro mil e novecentos e quarenta ha de áreas de comunidades tradicionais quilombolas. Tem onze milhões e trezentas mil cabeças de gado bovino (quantidade de cabeças comparável a todo o Uruguai), **57% do gado do PA**, Hum milhão e trezentos mil ha pasto sujo, sendo - **49% dos pastos sujos do PA**; Oitocentos e quatorze mil ha de áreas a restaurar obrigatórias por lei representando **43% das áreas a restaurar por lei do Estado** e um total de cinquenta e seis mil imóveis rurais no CAR. Setenta por cento dos maiores frigoríficos do Estado encontram-se nesse território e é neste Território que estão sendo implantados os Acordos entre o governo, Ministério Público Federal e as maiores Indústrias e mais importantes trades do Mundo, para Controle do Desmatamento nas Cadeias da Pecuária e da Soja. De fato, esse Território apresenta todas as condições representativas dos motivadores de alta emissão de GEE no Estado Iremos utilizar ferramentas de análises espacial e planejamento de paisagens produtivas. Uma das ferramentas que iremos usar é o **Agroideal**. Um sistema da TNC, de inteligência territorial online de suporte à tomada de decisões para avaliar territorialmente os riscos socioambientais associados a investimentos para o setor da agricultura e da pecuária, com salvaguardas para Populações Tradicionais e Terras Indígenas. Vamos elaborar Cenários Customizados,

quanto aos riscos socioambientais e oportunidades da expansão do agronegócio no Sudeste do Pará. Com base nos Cenários teremos diagnósticos considerando a manutenção da biodiversidade, dos ciclos hidrológicos e dos estoques de carbono. Esses diagnósticos serão postos em discussão com os principais atores interessados no território para tomada de decisão referentes a priorizar áreas para regularização de passivos ambientais; os melhores arranjos do ponto de vista ecológico e econômico, as alternativas mais apropriadas para garantir a viabilidade das atividades de restauração e conservação efetiva dos recursos hídricos, bem como, as salvaguardas para pequenos produtores, terras Indígenas e áreas para proteção da biodiversidade. Em Workshops específicos para discussão dos Cenários com setores produtivos, sociedade civil e Governos, estabeleceremos um Acordo de Parcerias nas Cadeias Produtivas, destacando ações e responsabilidades, estratégias, indicadores e metas que serão assinadas pelos principais atores. Esse Acordo, deverá subsidiar o Plano de Investimentos para Ações Estratégicas de REDD +, incluindo salvaguardas para Terras Indígenas, pequena produção e Unidades de Conservação. Identificaremos Incentivos Econômicos para apoiar ações estratégicas. Assim, como descrito no Plano Estratégico “Pará 2030”, o governo do estado propõe o desenvolvimento econômico e social juntamente com a agenda de redução do desmatamento ilegal a nível zero até 2020. A intensificação sustentável da pecuária é uma oportunidade para o cumprimento de objetivos ambientais do Pará 2030, aumentando a produtividade reduzindo emissão de carbono e criando condições de desenvolver outras cadeias nas áreas poupadas com o aumento da produtividade pecuária. Um Plano de Negócios e Intensificação Sustentável da Pecuária será estruturado nessa fase do modelo de Inteligência Territorial.

Para agregar valor no produto e para efeito de redução mais acelerada do desmatamento, vamos executar ações associadas com o monitoramento do trânsito animal entre as fases de cria, recria e engorda. O monitoramento geoespacial, utilizará CAR, Guias de Transporte Animal – GTA e informações do Programa de Controle ao Desmatamento – PRODES, e, será implementado no âmbito de compromissos na Cadeia. Esse monitoramento integrado visa efetivamente reduzir o desmatamento no entorno das indústrias monitorando as fazendas de cria, recria e engorda. Essa necessidade de monitorar todas as fases de vida do animal é demonstrada em estudos recentes conduzidos pelo Nelson Institute for Environmental Studies da University of Wisconsin. Esses estudos demonstram que a fase de cria, muitas vezes em fazendas com desmatamento ilegal, esta fora do monitoramento que é realizado apenas nas fazendas de engorda. Vamos realizar testes de monitoramento em dois municípios do sub-território, envolvendo todas as fases da vida pregressa dos animais e respectivas fazendas que este passou até o abate, iniciando por aqueles que apresentem acima de mil cabeças de gado controlando e evitando “vazamentos” na origem. A proposta é testar este sistema nos municípios de São Félix do Xingu, maior rebanho do Brasil e com a presença das duas maiores indústrias de Proteína animal do Mundo, e, no município de Paragominas, município emblemático que inspirou Programa Municípios Verdes do Estado. Esses testes terão as parcerias da Agência de Defesa Sanitária do Estado e da Associação dos Criadores do Pará - ACRIPARÁ. Estamos certos de que essas ações estratégicas quando efetivadas, trarão impactos em curto prazo para emissões de GEE, proteção de florestas e um modelo mais sustentável de uso da terra em paralelo, subsidiando o Plano de Investimentos para Ações Estratégicas de REDD+ do Estado como um todo. O Modelo de Inteligência Territorial testado no sudeste do Pará, trará lições para serem replicadas, guardando especificidades metodológicas, em todo o território do Estado.

#### 1.4. Plano de Implementação e Prazo: 12 a 18 meses (tabela)

Resultados Esperados	Atividades Planejadas	Responsável (governo ou parceiro)	Cronograma			
			Q1	Q2	Q3	Q4
1. Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC estabelecida com forte engajamento dos setores chave	1.1.1 Revisar e agregar contribuições ao documentos base de Política Estadual de Mudanças Climáticas elaborado pela SEMAS	TNC				
	1.2.1 Realizar 2 Workshops de capacitação e nivelamento de representantes do Governo e demais setores do FPMC sobre as estratégias de REDD em curso no Estado, sendo pelo menos um deles dedicado aos representantes indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e pequenos agricultores, com participação de pelo menos 40% de mulheres em ambas as reuniões	TNC e SEMA				
	1.3.1 Realizar pelo menos 2 reuniões do com membros do Fórum Parense de Mudanças climáticas visando a apresentação e debate da minuta da Política Estadual de Mudanças Climáticas	SEMAS e TNC				
	1.3.2 Revisar da Minuta de Política Estadual de Mudanças Climáticas no Pará de acordo com contribuições realizadas no âmbito do FPMC	TNC				
Monitoramento	Elaborar relatórios trimestrais de andamento do projeto, incluindo dados desagregados por sexo para todas as etapas de execução das atividades, serão elaborados e encaminhados ao PNUD, GCF e apresentados e debatidos com a equipe de governo envolvida.	TNC				
2. Plano de Investimentos para Ações Prioritárias de REDD+ do Pará elaborado.	2.1.1 Mapear todas as ações de REDD + entre as estratégias e iniciativas já existentes no Estado do Pará, analisá-las, priorizá-las e hierarquiza-las, Identificar os custos e as fontes de recursos, gestão e monitoramento em curto, médio e longo prazos.	TNC e SEMAS				
	2.1.2 Realizar dois Workshops com FEMC para discussão e aprovação das ações prioritárias para investimentos do Redd+ e arranjos institucionais necessários para implantação do Plano de Investimentos	TNC				

	2.1.3 Elaborar o Plano Operacional de Investimentos para ações, Estratégias de Redd + do Estado do Pará incluindo fases de implantação, gestão, monitoramento e marco legal	TNC e SEMAS				
Monitoramento	Elaborar relatórios trimestrais de andamento do projeto, incluindo dados desagregados por sexo para todas as etapas de execução das atividades, serão elaborados e encaminhados ao PNUD, GCF e apresentados e debatidos com a equipe de governo envolvida.	TNC				
3. Modelo de Inteligência Territorial de Baixo Carbono para as cadeias produtivas no Estado do Pará	3.1.1 Realizar entrevistas semiestruturadas e pequenos seminários com grupos chaves de interesse do Território, para obter parcerias e informações básicas.	TNC				
	3.1.2 Celebrar Acordos de Cooperação Técnica com a GITE- Embrapa para integrar a produção de dados e informações para o modelo de Inteligência territorial do Sudeste do Pará	TNC e SEMAS				
	3.1.3 Elaborar Cenários Customizados, quanto aos riscos socioambientais e oportunidades da expansão do agronegócio no sudeste do Pará, com a aplicação de Ferramentas de Inteligência Territorial (Agroideal) integrada aos elementos da Avaliação Territorial Estratégica do Pará Sustentável e com <b>Metodologia para replicar para todo o Estado, validada no FEMC.</b>	TNC e SEMAS/CIMAM				
	3.2.1 Estruturar uma <b>Agenda Mínima para um Território Produtivo Sustentável</b> do Sudeste do Pará através de, <b>dois Workshops locais</b> com os atores mais relevantes, tomando por base os Diagnósticos do Cenários estruturados	TNC e SEMAS				
	3.2.2 <b>Celebrar Acordo de Parcerias com os atores relevantes</b> para desenvolver ações integradas das Cadeias Agropecuárias e de Restauração Florestal, para um Território Produtivo Sustentável no Sudeste do Pará, com redução de pobreza e salvaguardas para TI e Populações Tradicionais.	TNC e SEMAS				
	3.3.1 Estruturar <b>Plano de Negócios para investimentos em intensificação Sustentável da Pecuária</b> no Estado a partir da sistematização de Estudos de custos de transição para a Pecuária de baixo Carbono já realizados.	TNC				
	3.4.1 Implementar em dois municípios, testes para calibração sobre a integração dos sistemas de vigilância sanitária da ADEPARÁ e o Sistema de Cadastro Ambiental Rural – CAR, da SEMAS, para a emissão de GTA com a comprovação de CAR	SEMAS e TNC				

Monitoramento	Elaborar relatórios trimestrais de andamento do projeto, incluindo dados desagregados por sexo para todas as etapas de execução das atividades, serão elaborados e encaminhados ao PNUD, GCF e apresentados e debatidos com a equipe de governo envolvida.	TNC				
Avaliação	Uma avaliação final com lições aprendidas com a implantação do Projeto será elaborado	Consultoria independente TNC				

## 1.5. Temas Transversais (2 páginas)


### *Interação com um Quadro Político mais Amplo*

Tendo em vista o curtíssimo prazo do projeto não são esperados neste primeiro momento impactos significativos e imediatos sobre os fatores causadores do destamamento no Estado do Pará, possuindo contudo um grande potencial de potencializar as estratégias em curso a médio e longo prazo, a partir da identificação de prioridades e dos investimentos necessários ao enfrentamento destes desafios, principalmente no âmbito do Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento – PPCAD onde a dispersão de ações foi apontada como um dos fatores de complexidade no seu monitoramento. A identificação de prioridades de ação no âmbito do PPCAD (atualmente em processo de revisão pela equipe da SEMAS antes de apresentação e debate com os demais setores), tem como resultado indireto melhorar a contribuição do Pará aos objetivos estabelecidos pelo Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento da Amazônia, em especial no que diz respeito às diretrizes: I - Efetivação da gestão descentralizada e compartilhada de políticas públicas, por meio de parcerias entre a União, Estados e Municípios; II - Estímulo à participação ativa dos diferentes setores da sociedade interessados na gestão das políticas relacionadas à prevenção e controle do desmatamento, fortalecendo a transparência, o controle social e a apropriação política; III - Apoio aos Planos Estaduais de Prevenção e Controle do Desmatamento; X - Incentivo à adoção de práticas agropecuárias sustentáveis, de modo a reduzir a demanda por novas áreas para produção (Conforme Plano Operativo do PPCDAM - <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80120/Anexo%20II%20-%20PLANO%20OPERATIVO%20DO%20PPCDAM%20-%20GPTI%20%20p%20site.pdf>).

A médio e longo prazos os resultados esperados pela iniciativa jurisdicional proposta devem apoiar a redução dos níveis de desmatamento do Estado, em especial as associadas à expansão desordenada da cadeia da pecuária de corte, impactando diretamente o alcance dos compromissos assumidos pelo Governo do Estado do Pará, não só no âmbito da Declaração de Rio Branco (quanto à redução em 80% de desmatamento até 2020) e com a própria Contribuição Nacional Determinada (iNDC Brasileira), acordada durante a COP 21 de Paris, e por meio da qual o Brasil se comprometeu a promover uma redução das suas emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025. Além disso, indicou uma contribuição indicativa subsequente de redução de 43% abaixo dos níveis de emissão de 2005, em 2030.

Estaremos, ainda, potencializando os resultados de outras iniciativas jurisdicionais e prioridades integrando -as na Política e Estratégias a serem criadas. Essa proposta integra as ações dos Programas existentes e segue as Lições aprendidas do Programa Municípios Verdes. A integração com os Programas e Metas Nacionais se darão a partir dos já existentes Projetos do Fundo Amazônia – BNDES e Programa de Agricultura de Baixo Carbono que conta com um Programa Estadual e Fórum específico para realizar essas integrações e na contribuição da Jurisdição, para a contribuição nacionalmente determinada do país (NDC) e as lições certamente, via Programa ABC que tem coordenação federal que participará e receberá todos os relatórios, o processo poderá ajudar na revisão ao NDC antes de 2020.

**Parcerias e Participação das Partes Interessadas:**

<b>PARTNER</b>	<b>ROLE IN THE PROJECT</b>	<b>RELATED PRODUCTS</b>
	Mobilization of Industries, Sustainable Beef Protocol and Integrated Monitoring	Develop Sustainability Protocols in partnership with Industries to create criteria applicable to all members
	Develop Voluntary Membership and use the Agrossustenta Platform in agreement with banks and project managers in the region	Expand replication of ABC Program; Implementation of Sustainability Protocol in the PGA
	Land Tenure Task Force in priority areas	Increase access to rural credit - ABC Program
	Business Plan to make environmental compliance financially viable	Put into effect and disseminate environmental compensation operations
	Apply sustainability and visibility indicators to partners and the market	Recognition that Sustainable Beef is a regional model
	Commercialization in the Supply Chain, publicity in the market and launching of voluntary Membership Protocol	Put into effect the win-win aspect of the Amazon Sustainable Beef
	Update list of embargoed producers according to the memberships in the state PRA	List of compliant producers in the region integrated with SEMAS - Pará
	Training in property and business management offered to producers	Regional scale training program in partnership with the "Sustainable Beef from Field to Fork" project
	Participation in capacity development for ABC Program managers and integration and validation with the Agrossustenta Platform	Southeastern Pará Municipal ABC program - Increase transactions by 30 percent by 2017 as compared to the last three harvests

	<p>Monitor results of the Sustainable Beef Initiative</p>	<p>Sustainable Beef Program becomes a pilot of the ABC Observatory at the Getulio Vargas Foundation</p>
	<p>Capacity building of ABC Program managers and FNO resources, and integration and validation with the Agrossustenta Platform</p>	<p>Southeastern Pará Municipal ABC program - Increase transactions by 30 percent by 2017 as compared to the last three harvests, including FNO</p>
	<p>Support the development of strategies, exchanges and leveraging of financial support</p>	<p>Consolidation and expansion of a Sustainable Livestock model for the Amazon region</p>
	<p>Technological showcase and models. BPA Reports and monitoring, writing and giving expanding the adoption of new technologies to give scale to production</p>	<p>Detailed TerraClass data to guide production and land use</p>
<p>Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e de Pesca</p> 	<p>Structure, integrate, implement and manage through the ABC Program Management Committee in southeastern Pará. Support the integration of ADEPARÁ's SIAPEC o (they are politically connected) with the CAR's SIMLAM</p>	<p>Define goals and support actions for the SFX Municipal ABC Program and the Southeastern Pará region</p>
<p>Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia</p> 	<p>Research and economic structuring for the use and operation of agro minerals in southeastern Pará. Organize limestone sales to SFX and Southeastern Pará</p>	<p>Implementation of Agro Minerals Guiding Plan for Southeastern Pará</p>
	<p>Fará a integração entre as ações da SEMAS, ITERPA (fundário) Adepará (Rastreabilidade) e sistema financeiro para desenvolvimento das ações integradas de Regularização Ambiental, Fundiária e Crédito Rural</p>	<p>Aumento do acesso ao Crédito Rural e e Monitoramento social dos indicadores do Território c</p>

	<p>supporting dialogue for the establishment of safeguards with indigenous peoples and traditional communities</p>	<p>Proposal for safeguards to be developed within the framework of the State Policy on Climate Change and the State REDD + Strategy in dialogue with representatives of indigenous communities and traditional communities</p>
	<p>supporting dialogue for the establishment of safeguards with indigenous peoples and traditional communities and the strengthening of gender mainstreaming in the climate policy debate and investment plans for priority actions in REDD +</p>	<p>Proposal for safeguards to be developed within the framework of the State Policy on Climate Change and the State REDD + Strategy in dialogue with representatives of indigenous communities and traditional communities</p>

O Decreto Estadual 518/2012 prevê a participação de representantes de Povos Indígenas, quilombolas, outras comunidades tradicionais e agricultores familiares no âmbito do Fórum Paraense de Mudanças Climáticas, entretanto representantes destes grupos não chegaram a ser indicados para a participação.

Um novo processo de revisão da composição do Fórum será necessário em decorrência das alterações administrativas ocorridas na estrutura do Governo a partir da LEI Nº 8.096, DE 1º JANEIRO DE 2015, que extinguiu, unificou e criou estruturas administrativas no âmbito do Poder Público Estadual, assim como pela reforma administrativa implantada no âmbito do Governo Federal a partir de 2016, que extinguiu Ministérios e alterou as estruturas administrativas de diferentes órgãos componentes do Fórum. Além disso, instituições que compõem o Fórum originalmente não tiveram indicações por parte de seus dirigentes, entre eles organizações representantes de Povos Indígenas, Quilombolas e Agricultores Familiares, e de membros do poder público federal.

Um mapeamento junto aos setores envolvidos, incluindo o levantamento de possíveis barreiras para a participação de mulheres e outros grupos sensíveis como povos indígenas, comunidades quilombolas e agricultores familiares tanto no FPMC, quanto nas demais instâncias envolvidas no processo de implementação dos objetivos do projeto deverá ser elaborado, buscando a colaboração com a SEJUDH.

### *Integração de Gênero*

O Pará é estado é o mais populoso da região norte, contando com uma população estimada de 8.366.628 habitantes (IBGE 2017), dos quais 51% é composta por mulheres e 31,5%<sup>7</sup> da população encontra-se nas áreas rurais. Estes números são importantes para compreender a realidade sócioeconômica e a integração de gênero no contexto desta proposta.

Embora a atividade agropecuária seja, por tradição, predominantemente masculina, segundo dados antecipados pela Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMRA) a partir do Censo Agropecuário de 2016 (IBGE) houve uma elevação significativa da participação de mulheres jovens (entre 24 e 35 anos especialmente) em cargos de comando do agronegócio brasileiro como um todo, saltando de 10% em 2013 para 30% em 2017, sendo maior em médias e grandes propriedades (42%) que em pequenas propriedades (39%). A participação de mulheres também vem ganhando destaque nos sindicatos e federações de trabalhadores e trabalhadoras rurais na região sudeste do Pará, onde cerca de 30% dos também são liderados por mulheres, havendo porém uma predominância de homens e cargos diretivos (presidência especialmente) e de mulheres em secretarias, especialmente nas secretarias de gênero (Souza, 2014).

Outro ponto a se destacar é a baixa representatividade das mulheres no cenário político. Embora representem 44% dos filiados a partidos político no Estado do Pará, somente 10% dos cargos eletivos do Estado são ocupados por mulheres. (Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, 2016), sendo que dos 41 deputados da Assembleia Legislativa Paraense, apenas 3 são mulheres. Estes números também se espelham no âmbito das representações institucionais.

No âmbito das organizações indígenas a participação feminina também vem ganhando destaque. A Federação Estadual dos Povos Indígenas do Pará - FEPIPA, criada em 2016 com o objetivo de discutir e defender os direitos e interesses das 55 etnias presentes em mais de 77 terras indígenas distribuídas pelo Estado, conta com uma forte participação das mulheres indígenas na composição de sua coordenação geral, onde vice presidência, e 3 das 4 secretarias são lideradas por mulheres. Contudo essa representatividade não está espelhada nas suas 8 coordenações etnoregionais<sup>8</sup>, onde apenas 3 mulheres são titulares e 3 são suplentes.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE), no Estado do Pará a taxa de abandono escolar entre homens e mulheres na faixa dos 18 a 24 anos de idade é significativamente maior entre os que vivem em áreas rurais (61,4% homens e 59,3% das mulheres) se comparado aos que vivem em áreas urbanas (40,4% dos homens e 32,7% das mulheres). Estes dados se refletem também sobre as taxas

---

<sup>7</sup> No Brasil, segundo dados censitários de 2010 (IBGE), a população rural era de 16% com nítida tendência de queda nas últimas quatro décadas.

<sup>8</sup> **Etnoregiões/Etnias:** **Altamira** (Juruna; Parakanã do Xingu; Kuruaya Xipaya; Xikrin do Bacajá; Arawete; Assurini do Koatinemo; Kayapó Kararaô; Arara), **Belém** (Tembé Tenetehar; Ka'apor), **Itaituba/Jacaraecanga** (Munduruku; Apiaká; Kayabi), **Marabá/Tucuruí** (Akrâkiykatêjê; Kiykatêjê; Parkatêjê; Atikum; M' bya Guarani; Guajajara; Anambé; Aikewara Suruí; Assurini do Trocará), **Oriximiná** (Wai wai; Kaxuyana; Tiriyo; Katwena; Mawayana; Xereuyana; Tunayana, Kah`yana, Karafayana, Hixkaryana; Faruk`woto; Xowyana; Txarumã, Txyk`yana; Inkari`yana; Karafayana), **Novo Progresso** (Kayapó), **Tucumã/São Félix** (Kayapó) e **Santarém** (Arapium; Arara Vermelha; Borari; Cumarua; Jaraqui; Maytapu; Munduruku; Munduruku Cara Preta; Tapajó; Tupai; Tupinamba; Apiaká; Tapuya, Sateré Mawé).

de analfabetismo do Estado que são, em média 80% maiores para homens e mulheres residentes em áreas rurais quando comparados à média da população do Estado em geral. Essa condição é ainda mais crítica se consideradas as questões de raça, sendo que neste caso o analfabetismo salta de 18,6% para 23% entre homens brancos e pretos/pardos respectivamente nas áreas rurais (IBGE, Censo Demográfico 2010). Estes dados também chamam atenção para a necessidade de adequação das ações na agenda climática para a geração de oportunidades de inclusão também para estes grupos.

No âmbito da estrutura institucional do Estado a liderança da agenda envolvendo as questões de gênero, sobretudo, a melhoria das condições de vida e participação da mulher encontram-se sob a coordenação da Coordenadoria de Integração de Políticas para Mulheres/CIPM e do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM), ambos ligados à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado - SEJUDH. Um Plano Estadual de Políticas para as Mulheres/ PEPM foi instituído em 2016 e contém as diretrizes e eixos estratégicos de atuação. É importante destacar também encontram-se sob a coordenação da SEJUDH as ações do estado relacionadas à proteção dos direitos indígenas e das comunidades tradicionais; à promoção dos direitos quilombolas e da igualdade racial.

Visando fortalecer as perspectivas de gênero e empoderamento das mulheres, o projeto proposto buscará um maior envolvimento das mulheres em todas as etapas de execução de seus objetivos tanto no que diz respeito às agências governamentais, empresas e organizações da sociedade civil envolvidas, incluindo no âmbito do Fórum Paraense de Mudanças Climáticas - FPMC, onde apenas 25 % dos representantes titulares são mulheres. O Projeto também adotará medidas para estimular, monitorar e avaliar a participação de mulheres, jovens e grupos sensíveis, incluindo medidas para a desagregação de dados por sexo no decurso da execução do projeto.

Considerando o momento político e as possíveis mudanças de representação no âmbito dos diferentes setores públicos envolvidos, o projeto deverá promover pelo menos 2 workshops visando o nivelamento de conceitos e o debate sobre as iniciativas centrais de REDD em curso no Estado e suas implicações para os setores envolvidos, sendo um deles especialmente dedicado aos grupos sensíveis buscando garantir, em ambos, pelo menos 40% de participação das mulheres.

Além disso, indicadores e metas específicas de gênero e de inclusão social deverão compor as políticas e planos estratégicos objetivados por este projeto, buscando sempre a superação das barreiras impostas a mulheres e grupos sensíveis, devendo ser agregados sistema de monitoramento mais amplo dos objetivos de REDD na jurisdição. Nosso objetivo é que as mulheres representem entre 40% e 50% do total de participantes envolvidos nas diferentes atividades do projeto, incluindo na equipe diretamente envolvida por sua execução tanto na TNC como no âmbito do Governo do Estado.

### *Gestão de Conhecimento e Comunicações*

A proposta pretende se valer dos fóruns e mesas de diálogo (Fórum Paraense de Mudanças Climáticas; Grupos de Trabalho do Pará 2030; GTS, GTPS, comitê gestor do Plano ABC, entre outros) onde os parceiros relevantes já interagem visando buscar insumos, fortalecer os arranjos interssetoriais necessários, e compartilhar os resultados trimestrais periodicamente sistematizados.

O Representante da Jurisdição no GCF e sua equipe participarão diretamente do desenvolvimento do

projeto, entendemos que os resultados consolidados podem ser apresentados em seminários semestrais entre os estados da Amazônia, aproveitando as reuniões do Fórum de Secretários da Amazônia para esta finalidade. Quanto compartilhamento à escala global, considerando o tempo para execução do projeto, devem ser apresentados em reunião anual para o Secretariado Global, em coordenação com o PNUD.

## 2. Riscos, Monitoramento e Avaliação (1 página)

### 2.1. Gerenciamento de Riscos

No Pará identificamos os seguintes riscos para a implementação da presente proposta e as respectivas medidas de Mitigação ou Superação desses riscos

Riscos	Mitigação dos riscos
1. Possível mudança de política de governo em outubro próximo em nível Estadual acarreta um risco de <b>desaceleração das atividades lideradas pelo governo estadual durante o período de transição política</b> com necessidades de apresentações e novas discussões da Teoria de Mudança deste projeto .até que o ritmo se normalize .	Iremos desenvolver prioritariamente os diálogos com o setor privado interessado, de forma que avancemos com os pactos e ações que não dependam diretamente do governo na fase de transição política
2. Possíveis mudanças políticas a partir de outubro deste ano podem ser riscos para a <b>demora na Revisão da Minuta de Política Estadual de Mudanças Climáticas ,</b>	Já existe uma minuta da Política bastante discutida por importantes organizações que compõem o Fórum Estadual de Mudanças Climáticas, bem como , um conjunto de normas e instrumentos de REDD+ já estão em execução . Faremos essa revisão imediatamente retornando ao Fórum .para termos a minuta de lei pactuada

	<p>com o Governo e sociedade civil ainda nesse exercício . Existe um compromisso assinado por este governo de priorizar essa Lei . Foi criada uma frente parlamentar na Assembleia Legislativa ( Março deste ano) para Pecuária Sustentável no Estado que procuraremos envolver fortemete na revisão da minuta . Embora não seja uma entrega deste projeto , o Governo atual tem a maioria na Assembléia Legislativa e plenas condições de colocar a proposta em votação no mais breve.</p>
<p><b>3. O prazo do projeto pode ser curto para os acordos assinados nas principais cadeias</b> de suprimentos e para concluir o modelo de Inteligência Territorial .</p>	<p>O modelo será testado em uma região com ampla representatividade de atores atuantes , com volume de discussões para acordos setoriais já existentes , TACs na principal cadeia ligado ao desmatamento . Condições para que se consiga os resultados no tempo do Projeto .</p>
<p><b>4- Prazo de liberações dos recursos e atraso no início das atividades</b> poderá reduzir a energia e a confiança dos atores e comprometer o cronograma dos resultados</p>	<p>A expectativa dos membros do Fórum de Mudanças Climáticas, é com ações efetivas em curto espaço pelo tempo de discussão e inercia para efetivação de ações mais estruturantes . Estaremos traballhando muito próximo ao PNUD para que possamos estar sempre nos antecipando a demandas administrativas e técnicas além de estarmos executando atividades afins e sinérgicas de nossos outros projetos , em contrapartida , para que não tenhamos nenhuma solução de continuidade por questões de</p>

	tempo de repasses
.5 <b>Baixa equilíbrio de gênero</b> na coordenação e execução das atividades do Projeto	Nossa metas de gênero são bem abrangentes . Essas metas estarão sendo acompanhadas diretamente por uma colaboradora especialista da TNC e ainda , contrataremos consultoria de curto prazo , com experiência , que nos ajudará a monitorar possíveis desvios das metas no percurso do projeto .
6 <b>Outras prioridades dos técnicos</b> do Governo até Outubro próximo	Preparamos esta proposta junto aos setores técnicos do Governo na maioria composto por profissionais concursados, estáveis e muitos sem cargo políticos . Como esses não devem sofrer mudanças de competências nas eleições , acreditamos que teremos pouca influência nas execuções eminentemente técnicas durante a transição política

## 2.2 Monitoramento (1/2 página)

A TNC já adota regularmente um padrão de gestão por resultados, com relatórios trimestrais das ações centrais sob acompanhamento de sua equipe de conservação (Diretoria, gerentes de estratégia e gerentes de projeto). Além disso, o projeto contará com um gestor para o acompanhamento do projeto, apoiado pelo Núcleo de Apoio a Gestão de Projetos (NAGP) da TNC. Contará também com um especialista na elaboração de contratos públicos. O monitoramento da execução do plano de trabalho será realizado por meio de um aplicativo de gestão de projetos, o Clarizen ([www.clarizen.com](http://www.clarizen.com)). Tal aplicativo permitirá a comunicação em tempo real entre os membros

executores e gestores do projeto, bem como ajustes e monitoramento ágil.

Os relatórios trimestrais elaborados no âmbito deste projeto incluirão o detalhamento dos avanços quantitativos e qualitativos dos indicadores definidos, e sempre que possível, informações serão desagregadas informações por sexo. Além disso, os relatórios incluirão análise de progresso das atividades desenvolvidas segundo o plano de trabalho e a sistematização das evidências de execução destas atividades (fotos, listas de presença, contratos, relatórios de atividade, apresentações). Para garantir a comunicação oportuna desses indicadores, os responsáveis pelo monitoramento de cada indicador serão definidos associados no sistema de monitoramento de projetos Clarizen. Um pequeno núcleo de trabalho em colaboração com os representantes do Governo deverá ser formado visando a melhor interação entre as equipes envolvidas e facilitando os processos de tomada de decisão. Visando facilitar o envolvimento e a mobilização da sociedade civil envolvidas informes periódicos serão elaborados e divulgados no sítio institucional da SEMAS.

Além disso, uma auditoria independente será contratada e apoiará a sistematização das lições aprendidas durante o processo de implementação do projeto.

#### 2.4. Sustentabilidade dos Resultados (1 página)

Como fontes a garantia de sustentabilidade da presente proposta, em especial a partir da melhoria da definição de uma estrutura de governança adequada e metas claras para uma Estratégia Estadual no Pará, identificamos abaixo algumas potencialidades<sup>9</sup> considerando fontes públicas e privadas em âmbito estadual, federal e internacional:

- **Alocação específica no Plano Plurianual – PPA (Público Estadual):** Espera-se que a definição sobre o ponto focal institucional no governo para este tema acompanhado das análises de oportunidade que este investimento inicial por parte do Estado possa viabilizar a destinação de recurso específicos do orçamento para o tema os quais encontram-se estimado em um valor mínimo de 760 mil reais/ano.
- **Fundo Estadual de Meio Ambiente (Público Estadual):** Em alguns estados, fundos estaduais ligados a meio ambiente têm sido usados como forma de captar recursos e usá-los para ações ligadas a mudanças climáticas. Essa pode ser uma forma de ter recursos adicionais para investir em ações. No entanto, no caso do Pará, seria necessário aperfeiçoar a governança do Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema), incluindo alocação de pessoal para sua gestão e divulgação de relatórios financeiros periódicos. Também seria recomendável inserir na base legal do fundo uma previsão específica de aplicação de recursos para o tema de mudanças climáticas.
- **Fundo Nacional Sobre Mudança do Clima (Público - Federal):** Criado em âmbito federal 2009 e passou a apoiar projetos a partir de 2011, com recursos não-reembolsáveis apoiam projetos dentro das linhas temáticas definidas no plano anual de aplicação do fundo. As diretrizes para aplicação de recursos

---

<sup>9</sup> Considerando fontes pré-mapeadas e valores estimados (corrigidos para a atualidade) no documento “Proposta de documento executivo sobre agenda mínima de mitigação e adaptação às mudanças climáticas no estado do Pará” apresentado ao Fórum Paraense de Mudanças Climáticas em 2014 por representantes da SEMAS, IMAZON, SEMAS e UEPA.

estabelecidas em 2016 definem as linhas de aplicação do Fundo e trazem importantes oportunidades para o Pará que poderão ser melhor acessados a partir dos resultados do presente projeto como: (i) Mitigação; (ii) Mensuração, Relato e Verificação; (iii) Monitoramento, prevenção e controle do desmatamento nos biomas brasileiros; (iv) Estratégias de financiamento sobre mudança do clima; (v) Negociações internacionais sobre mudança do clima: fortalecimento das capacidades institucionais e apoio ao diálogo entre os Governos Federal, Estaduais e Municipais e atores-chave da sociedade para atuação em políticas públicas acerca de mudança do clima, (vi) Pesquisa e Desenvolvimento; (vii) Adaptação ([http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80382/Diretrizes%20bienais%202017-2018%20aprovadas%20pelo%20Comite%20Gestor%20do%20FNMC\\_copy.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80382/Diretrizes%20bienais%202017-2018%20aprovadas%20pelo%20Comite%20Gestor%20do%20FNMC_copy.pdf)).

- **Fundo Amazônia (Público – Federal):** O Governo do Pará possui dois projetos aprovados e contratados com o Fundo Amazônia, voltados à melhoria da gestão ambiental e redução do desmatamento. No entanto, há outras áreas temáticas apoiadas pelo Fundo que podem ser alvo de próximas propostas do estado, especialmente voltadas ao tema de valorização da floresta em pé, de acordo com as diretrizes e critérios para aplicação de recursos do fundo (Fundo Amazônia, sd). Por exemplo, há temas como a implementação de sistemas de pagamento por serviços ambientais associados ao incremento e/ou manutenção da cobertura florestal e/ou sistemas florestais e agroflorestais; ou ainda o desenvolvimento e implantação de modelos de recuperação de APPs e Reserva Legal, com ênfase no uso econômico nos termos da legislação em vigor.
- **Captação Internacional (Público):** Existem instituições internacionais que oferecem linhas de apoio a governos nacionais e subnacionais voltadas à mitigação e à adaptação às mudanças climáticas, que poderão ser acessada a partir do estabelecimento mais efetivo de uma estratégia de REDD + pelo Pará com por exemplo, o Banco de Desenvolvimento Alemão KfW possui um programa chamado REDD+ Early Movers<sup>10</sup> (REM) ou o Green Climate Fund, vinculado à Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudança do Clima (UNFCCC, em inglês).

**Parcerias com instituições atuantes no tema:** Há diversas instituições que atuam no tema de mudanças climáticas e que buscam o poder público para dar escala a suas iniciativas, como, por exemplo, universidades, centros de pesquisa, organizações não governamentais, associações etc. Assim, muitas ações na área de clima podem ser financiadas indiretamente por meio da captação de recursos por estas instituições. Nesses casos, não há necessariamente um repasse de recursos ao governo, mas as ações, com o apoio governamental, podem fortalecer da agenda de compromissos da jurisdição na agenda climática. O Pará possui uma importante rede de parcerias que vem atuando neste sentido e que poderia ser mobilizada a desenvolver propostas articuladas e complementares diante de uma proposta objetiva para investimentos.

### 3. Orçamento (incluído em um arquivo separado do Excel) conforme arquivo:

---

<sup>10</sup> [http://www.bmz.de/en/publications/topics/climate/FlyerREDD\\_lang.pdf](http://www.bmz.de/en/publications/topics/climate/FlyerREDD_lang.pdf)



ANEXO I: Detalhamento dos Projetos e Políticas públicas convergentes para o alcance de objetivos de desenvolvimento de REDD+ em andamento no Estado do Pará;

Acordo	Ano	Resultado	Parceiros participantes	Descrição	Status atual
<i>Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará (PPCAD)</i>	2009	Em 2017 o Estado do Pará teve 2433 km <sup>2</sup> de desmatamento (PRODES), alcançando uma redução de 62% em relação à linha de base estabelecida pelo PPCAD, e de 73% em relação ao desmatamento ocorrido em 2004 (8.870 km <sup>2</sup> - maior já registrado no Estado).	<i>Governo de estado do Pará e secretarias estaduais, Municípios paraenses, órgãos do governo federal e organizações não governamentais</i>	Por meio do Decreto nº 1.697/2009 o Estado adotou o seu Plano Estadual de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Estado do Pará (PPCAD), que estabeleceu como meta principal a redução de 80% da taxa de desmatamento para o ano de 2020. Para isso, adotou como linha de base a média de desmatamento ocorrido entre 1996-2005 (6.255 Km <sup>2</sup> ), a partir da qual chegaria ao valor de 1251 Km <sup>2</sup> no ano de 2020.	<i>A revisão do Plano Estratégico para o quarto período (2019-2022) encontram-se em andamento</i>
<i>Acordo no setor da Pecuária</i>	2009	<i>Cerca de 90 frigoríficos signatários</i>	<i>Ministério Público Federal – MPF; Governo do Estado do Pará; Empresas Frigoríficas</i>	É um acordo firmado entre o Governo do Estado do Pará, empresas frigoríficas e o MPF, visando o controle ambiental e social na cadeia produtiva da carne no estado. As empresas signatárias se comprometem a verificar critérios pré-estabelecidos visando excluir o desmatamento de suas cadeias de fornecimento. Até o momento, duas auditorias independentes foram realizadas e a terceira está em andamento. Este controle é necessário para se verificar o grau de cumprimento do acordo entre as partes e aperfeiçoá-lo garantindo assim a eficácia do instrumento, diminuição do desmatamento ligado à atividade pecuária e melhoria das condições de trabalho em campo.	<i>Em Andamento</i>
<i>Projeto Pecuária Verde</i>	2011	<i>Produtividade de 4,2 bois por hectare</i>	<i>Produtores rurais de Paragominas; Sindicato</i>	O projeto chamado “Pecuária Verde” é desenvolvido no município de Paragominas e implantado através do apoio técnico da Universidade de São Paulo (USP/ESALQ) para	<i>Em andamento</i>

			<p><i>dos Produtores rurais de Paragominas;</i> <i>ESALQ/USP; IMAZON</i></p> <p>TNC</p>	<p>favorecer a intensificação da pecuária em 9 fazendas piloto produtoras de gado para abate. Investimentos em adubação dos pastos, treinamento de funcionários e alternância de piquetes trouxeram ganhos econômicos, ambientais e trabalhistas significantes. A produtividade nestas fazendas alcançou 4,2 bois por hectare enquanto a média no estado não ultrapassa a marca de um animal por hectare. Atualmente o projeto encontra-se em fase de expansão, devendo ser replicado em outros municípios paraenses.</p> <p><a href="https://pt.slideshare.net/BeefPoint/projeto-pecuria-verde-paragominaspa">https://pt.slideshare.net/BeefPoint/projeto-pecuria-verde-paragominaspa</a></p>	
<p><i>Programa Municípios Verdes</i></p>	<p>2011</p>	<p><i>118 municípios participantes;</i> <i>Mais de 72% de CAR no Estado;</i> <i>Redução de 66% em comparação com 2004</i></p>	<p><i>Municípios do Pará e Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS; MPF; IBAMA; setor privado e ONGs</i></p>	<p> Lançado em 2011, O PMV tem como objetivo combater o desmatamento no Estado, fortalecer a produção rural sustentável por meio de ações estratégicas de ordenamento ambiental e fundiário e também de gestão ambiental, com foco em pactos locais, no monitoramento do desmatamento, na implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e na estruturação da gestão ambiental dos municípios participantes. Desde a criação o PMV colaborou com o crescimento da taxa de CAR no Pará (190 mil cadastros ou 72% do estado), com a redução do desmatamento (queda de 66% desde 2004) e atualmente 16 municípios já alcançaram as metas do PMV. Segundo dados recentes do IMAZON, por meio de seu Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), o Pará reduziu 31% o desmatamento no período AGO 2016 - JUL 2017, em comparação ao mesmo período anterior. Site: <a href="http://www.municipiosverdes.pa.gov.br">www.municipiosverdes.pa.gov.br</a></p>	<p><i>Em andamento</i></p>
<p><i>Acordo no setor da Siderurgia / Carvão Vegetal</i></p>	<p>2012</p>	<p><i>Implantação da reposição florestal, projetos de reflorestamento e recuperação de 45 mil hectares para reflorestamento com espécies nativas</i></p>	<p><i>Indústrias siderúrgicas do estado, SEMAS, IBAMA e MPF</i></p>	<p>No Pará, foi assinado um acordo no ano de 2012 com três indústrias siderúrgicas, envolvendo também o MPF, IBAMA e SEMAS e tem como um dos principais objetivos a implantação da reposição florestal obrigatória e projetos de reflorestamento para garantir o abastecimento sustentado de carvão para suas atividades, reduzindo assim o desmatamento causado pela demanda por carvão de floresta nativa. Além disso prevê a recuperação de áreas desmatadas sem autorização pelas empresas, o que contribuirá com sequestro de carbono e outros serviços ambientais. Em relação ao passivo ambiental, preveem a recuperação de 45 mil hectares para reflorestamento com espécies nativas no prazo de oito a doze anos. Além disso, as empresas devem pagar uma indenização pelo</p>	

				dano ambiental já causado e os recursos podem ser usados para projetos ambientais e sociais, já que o acordo também envolve melhorar condições de trabalho na produção de carvão).	
<i>Protocolo Verde dos Grãos</i>	2014	<i>Mais de 20 empresas e entidades comercializadoras de grãos participantes</i>	<i>Ministério Público Federal – MPF; Governo do Pará; Municípios de Paragominas e Dom Eliseu; Entidades e empresas do setor de grãos.</i>	O Protocolo Verde dos Grãos é um documento que estabelece critérios e diretrizes para as transações comerciais de grãos no Estado do Pará, a fim de evitar a comercialização de produção oriunda de áreas ilegalmente desmatadas ou que possuam casos identificados de trabalho degradante ou análogo à escravidão. O Protocolo é produto de um acordo firmado em 2014 entre Ministério Público Federal do Pará (MPF/PA), Governo do Estado do Pará através do Programa Municípios Verdes (PMV), Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME) e Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP), Governos Municipais de Paragominas e Dom Eliseu e entidades e empresas do setor produtivo de grãos no Pará, que visa à redução do desmatamento no Estado ao mesmo tempo em que se fortalece o desenvolvimento econômico e social em toda cadeia produtiva dos grãos no Pará.	<i>A iniciativa possui 3 anos e os compromissos assumidos serão auditados ainda em 2017</i>
<i>ICMS Verde</i>	2014	<i>Mais de R\$ 312 milhões repassados aos municípios paraenses entre 2014 e 2017</i>	<i>Todos os 144 municípios do Pará</i>	O ICMS Verde do Pará é um instrumento econômico de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA que possui o objetivo de compensar e incentivar municípios para a preservação ambiental. O ICMS Verde do Pará se destaca no Brasil por ser o único a incorporar informações sobre o Cadastro Ambiental Rural e dados de desmatamento dos municípios como sendo um dos critérios para o recebimento dos recursos. Entre outros, os critérios avaliados envolvem a redução do desmatamento, presença de áreas protegidas, estoque florestal e a capacidade de exercer a gestão ambiental municipal. <a href="https://www.semas.pa.gov.br/icms-verde/indice-final">https://www.semas.pa.gov.br/icms-verde/indice-final</a>	<i>Em andamento</i>
<i>Lista do Desmatamento Ilegal - LDI</i>	2014	<i>Mais de 140 mil hectares embargados por desmatamento ilegal</i>	<i>Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade –</i>	A LDI – Lista do Desmatamento Ilegal do Estado do Pará veda a concessão de licenças, autorizações, serviços ou qualquer outro tipo de benefício ou incentivo público por parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual aos empreendimentos e	<i>Em andamento</i>

			SEMAS; PMV; MPF; INPE; IMAZON.	atividades situadas em áreas desmatadas ilegalmente no Estado do Pará, a LDI é a ferramenta de consulta oficial do Estado do Pará. É o instrumento legal de divulgação das áreas desmatadas ilegalmente no Estado, gerida pela SEMAS/PA para consulta pelos órgãos públicos estaduais e público em geral. A criação da LDI visa combater o desmatamento ilegal realizado no território estadual, favorecer os produtores rurais que exercem suas atividades em conformidade com a legislação ambiental e colaborar com o compromisso assumido pelo governador Simão Jatene, durante a Rio+20 de atingir o desmatamento líquido zero até 2020. Com a divulgação dessa nova política espera-se que o setor privado (em particular o de processamento de alimentos, bancos, compradores de grãos e do agronegócio) passe a consultar a lista de embargo para evitar a comercialização de produtos de áreas embargadas, proibido na legislação ambiental brasileira. <a href="https://www.semas.pa.gov.br/ldi">https://www.semas.pa.gov.br/ldi</a>	
<i>Programa de Redução de Emissão de Gases de Efeito Estufa de Desmatamento e da Degradação Florestal – PREGCEED</i>	2016	Redução do desmatamento, efetivação de políticas públicas ambientais e desenvolvimento social	Governo do Estado do Pará e Prefeituras	É uma ferramenta de gestão ambiental planejada, coordenada e orientada para obtenção de resultados desejados, com vistas à redução de emissão de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal no Estado do Pará. Objetiva promover atuação conjunta e integrada entre os órgãos participantes em todas as suas fases, do planejamento às operações, buscando resultados efetivos e eficazes de suas ações. Possui dois eixos de ação: Eixo de monitoramento, controle e fiscalização, que tem como indicador de resultado o desmatamento; e o Eixo de fomento ao desenvolvimento sustentável por meio de políticas públicas ambientais, que tem como indicador de resultado: políticas públicas ambientais	Projeto em fase de implementação
<i>Portal da Transparência Ambiental</i>	2017	<i>Quatro produtos de procedimentos ambientais disponíveis online para a sociedade</i>	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade e Instituições ligadas às atividades econômicas do estado	Portal eletrônico destinado à divulgação de procedimentos e atos autorizativos da SEMAS por meio de ferramentas de geoespacialização, além de consulta ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). Desta forma, Licenças Ambientais, Outorgas de Direito de Uso de Recursos Hídricos, bem como Cadastro de Consumidores de Produtos Florestais (CEPROF) podem ser consultados e rastreados. O Portal também disponibiliza vários serviços associados as agendas Marrom (Licenciamento Ambiental), Azul (Recursos Hídricos) e Verde (Florestal) e uma seção dedicada à consulta acerca da regularidade jurídica de empreendimentos que	<i>Implementado</i>

				tem como principal atividade a exploração de recursos naturais. Recentemente, foi adicionado à página o Projeto “De olho na Floresta”. Link para o portal: <a href="http://www.semas.pa.gov.br/transparencia">www.semas.pa.gov.br/transparencia</a>	
<i>Projeto De olho na Floresta</i>	2017	<i>Monitoramento de cobertura florestal a partir de imagens de Alta Resolução Espacial e Temporal</i>	<i>Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade</i>	<p>O Projeto De Olho na Floresta utiliza uma estrutura automatizada robusta e segura para garantir o monitoramento contínuo da floresta. Fornece alertas semanais de indícios de desmatamento em todo o Estado, para obter o mapeamento atual da floresta e do seu desmatamento, subsidiando ações efetivas de controle e fiscalização do desflorestamento. Usando as imagens de alta resolução da constelação de satélites PLANET, são disponibilizadas imagens do território paraense a cada 3 dias. A plataforma permite uma fácil visualização e análise das áreas de desmatamento, possibilitando sua análise juntamente com outras informações geoespaciais como Áreas de Manejo Florestal, Áreas Licenciadas, CAR (Área do Imóvel, Reserva Legal, APP), Unidade de Conservação, ou qualquer área de interesse. A plataforma permite a geração de relatórios específicos e o envio tanto de alertas como notificações legais, com impressão inclusive de laudo técnico embasado legalmente pela legislação, com as áreas mapeadas e sua quantificação do desmatamento incluindo todas as informações geradas pelos processamentos de imagens executados. No projeto De Olho na Floresta, todo cidadão pode acompanhar o monitoramento da floresta e dos alertas de indícios de desmatamento, participando e contribuindo com a manutenção e recuperação da floresta. O Projeto está disponível na página inicial da SEMAS e também por meio de aplicativo para smartphones.</p> <p><a href="https://deolhonafloresta.sccon.com.br/#/">https://deolhonafloresta.sccon.com.br/#/</a></p>	<i>Em implementação</i>
<i>Centro Integrado de Monitoramento Ambiental - CIMAM</i>	2017	<i>Integração de Instituições do estado do Pará para monitoramento de florestas. Produção de conhecimento</i>	<i>Instituições Ambientais e de Segurança Pública do Estado do Pará.</i>	<p>O Centro Integrado de Monitoramento Ambiental (CIMAM) apresenta uma nova abordagem de monitoramento ambiental no estado do Pará, tendo como objetivo a produção de conhecimento ambiental para subsidiar ações de comando e controle ambiental. Instalado em prédio próprio, o CIMAM possui infraestrutura e ferramentas de monitoramento florestal, climático e hídrico. Dentre as principais atividades cita-se a rotina de monitoramento de desmatamento em tempo real para ações de fiscalização da SEMAS,</p>	<i>Prédio Inaugurado. Parcerias institucionais em andamento</i>

				com apoio dos órgãos de segurança pública. O Centro também contará com parcerias de setores da sociedade civil na produção de estatísticas na busca de uma melhor representação da gestão ambiental do Pará.	
<i>Paragominas e São Felix do Xingu</i>	2018	Projeto enviado e articulação inicial com principais parceiros realizada	IDH – Sustainable Trade Initiative; Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade; Programa Municípios Verdes; SEDEME; Prefeitura de Paragominas e IMAZON; Prefeitura de SFX e TNC – The Nature Conservancy	Será desenvolvido através da parceria com a instituição holandesa IDH – Sustainable Trade Initiative com o objetivo principal de incentivar o crescimento da produção de commodities aliado à diminuição de desigualdades sociais e implementar o Código Florestal, especialmente no que se refere à restauração de áreas degradadas (através da adesão ao PRA – Programa de Regularização Ambiental) e preservação de florestas existentes. Para isso, será criado um mecanismo inovador, conhecido como DeRisking, onde o produtor terá acesso a crédito facilitado e com juros menores desde que se comprometa a recompor áreas degradadas, preservar florestas existentes e/ou intensificar a produtividade pecuária. O Governo do Estado do Pará e os parceiros envolvidos serão responsáveis pela definição das metodologias, análise dos CARs e governança do projeto para que ele seja desenvolvido em Paragominas e SFX, devendo futuramente ser escalonado para outras regiões do Estado.	Projeto em fase de aprovação (Paragominas) e pré-implantação (São Felix do Xingu)